

SIMPÓSIO 13

O SUJEITO E A LÍNGUA SOB DETERMINAÇÕES DO
DISCURSO E DA HISTÓRIA

COORDENADORES:

Kátia Menezes de Sousa
(Universidade Federal de Goiás)

Cleudemar Alves Fernandes
(Universidade Federal de Uberlândia)

AS RECONFIGURAÇÕES DAS MATERIALIDADES DISCURSIVAS E O REPOSICIONAMENTO DOS SUJEITOS NO DISPOSITIVO DE INOVAÇÃO¹

Kátia Menezes de SOUSA²

RESUMO:

A proposta deste trabalho é pensar a inovação como uma tecnologia que integra, em seu funcionamento, os dispositivos de poder, de forma a atender às exigências do biopoder, e que, nesta produtiva integração, a inovação acaba por se tornar também um dispositivo, se constituindo como o caminho a ser percorrido e o ponto de chegada. A inovação constitui a ordem do mundo moderno que se pauta pelas verdades da ciência, compondo as práticas discursivas e não-discursivas, os objetos, as instâncias enunciativas, as configurações dos saberes, as formas de exercício do poder e as subjetividades. Analisaremos algumas práticas discursivas de inovação que (re)configuram, na atualidade, produtos, processos e serviços, por meio da coexistência de enunciados dispersos e heterogêneos. Para isso, além das elaborações de Michel Foucault acerca das noções de dispositivo e de biopoder, consideraremos as suas formulações a respeito do conceito de enunciado, que, segundo Deleuze (1992), da forma como foi concebido por Foucault implicava numa visão da linguagem capaz de renovar a linguística. Neste sentido, nosso principal objetivo é verificar o modo como o dispositivo de inovação incita a produção de enunciados e, ao mesmo tempo, é constituído por eles, redefinindo os posicionamentos dos sujeitos por ele implicados.

PALAVRAS-CHAVE: dispositivo; inovação; biopoder; enunciado

Considerações iniciais

Este trabalho se propõe a analisar alguns domínios de diferentes materialidades discursivas que se colocam sob os refletores da ordem da inovação como forma de constituírem uma visibilidade que atenda ao espírito tecnológico, apesar de não se configurarem como tecnologia. Contudo, o feixe de luz, que produz a visibilidade, a

1 Trabalho apoiado e financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Uma versão mais aprofundada do tema da inovação na reconfiguração dos conceitos e das subjetividades será apresentada em um artigo no livro *Domínios e dispositivos técnicos, tecnológicos e das tecnologias e(m) discurso: a formação dos conceitos* da Ed. Pontes.

2 Professora associada da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do Grupo Trama. Endereço: Rua Francisco Rabelo Qd. 08 Lt. 14 Conjunto Caiçara, CEP: 74775-012, Goiânia-Goiás, Brasil. (km-sousa@uol.com.br).

aparência do objeto ou da técnica, é constituído pelo acontecimento discursivo das tecnologias e exige um olhar que tem como *a priori* os discursos sobre o saber tecnológico. Nesse sentido, as materialidades discursivas que realizam a ordem do inovar serão devolvidas aos enunciados que as possibilitaram, para que possamos movimentar a forma condensada dessas materialidades que definem o caráter inovador de alguns produtos e serviços e fazer aparecerem as relações entre os enunciados que lhes dão condições de possibilidade de existência. A noção de enunciado, como formulada por Michel Foucault (1995), embasará o modo de fazer de nossa análise, pois encontrar a unidade do discurso, no caso o de inovação não-tecnológica, requer que se desate os nós dos enunciados que formam um conjunto com as regras de um discurso dado e que os reconheça como parte de um sistema de dispersão. Assim, conforme Foucault (1995), qualquer domínio pode ser liberado, se concebido como constituído pelo conjunto dos enunciados efetivos, falados ou escritos, em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. O projeto foucaultiano inverte as metodologias tradicionais de análise ao colocar em suspenso unidades universais e contínuas e propor “uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam” (FOUCAULT, 1995, p. 30).

O conceito de não-tecnologia interessa a este trabalho, pois permite considerar as regularidades que colocam certos produtos e serviços como objetos de inovação não-tecnológica. Tais regularidades só podem ser descritas por meio da análise de enunciados efetivamente produzidos e, assim, tomaremos, como acontecimento discursivo, o surgimento de novas barbearias para atender à emergência de novos homens: o metrosexual, o lumbersexual e o übersexual.

A emergência de acontecimentos discursivos, como os que colocam certos produtos e serviços como objetos de inovação não-tecnológica em nosso tempo, constitui laços que os colocam numa rede discursiva como estratégia para o funcionamento dos dispositivos de saber/poder, conforme Foucault (2008;2014), e para atender às exigências de uma sociedade de biopoder, em que o poder é, ao mesmo tempo, disciplinador e normalizador, não exercido mais sobre os corpos individualizados, mas com pretensões de administrar a vida e o corpo da população. Surgem “procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle” (FOUCAULT, 2001, p. 86).

Dessa forma, as exigências de inovação se ligam ao tipo de sociedade que foi se construindo com os problemas da modernidade. Como o dispositivo é a rede estabelecida entre o dito e o não dito, visando estrategicamente ao controle da população e se inscrevendo em uma relação de poder, faz-se necessário situar as práticas inovadoras no tipo de sociedade que garantirá o seu funcionamento. Gilles Deleuze (1992) analisa que numa sociedade de controle, a empresa substituiu a fábrica e se tornou uma alma, introduzindo, o tempo todo, uma rivalidade inexpiável como estímulo inocente que contrapõe os indivíduos entre si e atravessa cada um, dividindo-o em si mesmo. A competição se dá em torno da capacidade de produção do diferente, do novo para o mercado. O impacto da novidade é o que garante o *status* de inovação. Susanne Weber (2008), apoiada nas análises foucaultianas, sustenta que o dispositivo de poder não é mais igual à forma piramidal da burocracia mecânica, mas igual ao modelo de poder em forma de rede do mercado, uma rede competitiva que se estende como um modelo novo e básico a diferentes domínios.

Impulsionados por todas essas questões que envolvem a (trans)formação das materialidades para o funcionamento do dispositivo de inovação, é que traçamos um movimento de reflexão-análise que possa desmontar a engrenagem do funcionamento desse dispositivo, colocando à mostra as peças que entram em relação para a construção do desejo e da necessidade de consumir determinados produtos e serviços na atualidade. Essa construção garante o sucesso do dispositivo e nos coloca questões como forma de entender como a inovação vai se inscrever nos desejos e necessidades das pessoas e por que as estratégias discursivas, no caso a instauração da ideia de novos conceitos, garantem o sucesso do dispositivo. Por isso, para pensarmos os novos produtos e serviços apresentados no mercado, propomos um entendimento das noções de dispositivo, enunciado e formação dos conceitos, com base em Michel Foucault, relacionando-os às reflexões sobre a inovação no interior de um modelo empresarial (DELEUZE, 1992; WEBER, 2008), implementado pelas práticas de uma sociedade de biopoder.

A noção de dispositivo em Michel Foucault e os princípios da inovação

A inovação é definida como a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços. As

práticas de inovação passam por transformações e se encontram em espaços recobertos pela ampla rede de comunicação que cumpre a tarefa de problematizá-las para continuar cumprindo sua função: dizer o que a inovação tem de ser. Por exemplo, no link Inovação e Tendências do site do SEBRAE³, em uma notícia sobre Inovação e Empreendedorismo, lê-se que

[1]Adotando as franquias como exemplo de empreendedorismo que não está ligado diretamente à inovação, podemos dizer que elas, muitas vezes, estão na fase de implementação de algum inovador, que está implantando algo inovador. Ou seja, aquele que criou a franquia pode ter criado algo novo, seja como modelo de negócio, seja com produtos ou serviços inovadores com base tecnológica ou não. [...] as próprias franquias em um primeiro momento foram inovadoras por terem criado algo que atraiu outros empreendedores dispostos a investir na sua rede. Ou seja, em um primeiro momento, eles foram inovadores, mas depois querem engessar o modelo porque acreditam ser esta uma fórmula de sucesso que não deve ser alterada. [...] Por exemplo, percebemos que os empreendedores e os inovadores precisam ter como premissa a interdisciplinaridade ao estudar um assunto, ganhar conhecimento e informação. Da mesma forma, para melhor utilizar a sua imaginação, eles precisam ter um espírito livre, a mente aberta aos novos conceitos, às novas tecnologias e às novas formas de trabalhar.

Conforme a notícia do site do Sebrae, inovar é colocar um serviço novo no mercado, é atrair competidores que podem determinar o fim do caráter inovador ou se diferenciar inovando. O fazer diferente também marca o que é inovador que deve fugir da fixidez, das formas engessadas, se apresentando sempre para as possibilidades de mudanças, com base em tecnologias ou não, mas fazendo lembrar a mobilidade e conectividade interdisciplinar das novas tecnologias. A exteriorização de uma concepção de abertura às mudanças dita outra ordem, a de demonstrar que está atualizado em novos conceitos. Os conceitos se desgastam, não atendem mais às necessidades, e os novos conceitos entram como estratégias para se vencer uma competição e espelham a mente, a personalidade, do indivíduo inovador, incluindo-o ou não no mercado de serviços.

Com base no que é visível e enunciado na definição das práticas de inovação, podemos problematizá-la como mais um dispositivo de poder da contemporaneidade. Em qualquer campo do saber, há um sistema que rege a confirmação de certos

³http://www.boletimdoempreendedor.com.br/boletim.aspx?codBoletim=143_Inovacao_e_Empreendedorismo

enunciados a partir de outros e a maneira pela qual eles se implicam ou se excluem. A análise da circulação e da troca de enunciados no campo midiático permite descrever os discursos que constituem as práticas de inovação e o tipo de sociedade produzido pela rede enunciativa tecida nos diferentes sistemas de formação dos discursos. É pela mídia que grande parte da população conhece as novidades desenvolvidas para os mais diferentes produtos. Assim, os discursos veiculados, sustentados, descartados, ou mesmo silenciados, pela mídia, constituem o arquivo, que define, nos termos de Foucault (1995), o sistema de enunciabilidade, de formação e transformação dos enunciados, a lei do que pode ser dito. Se o que é dito o é no interior das regras do arquivo, a análise dos enunciados comporta, conforme Foucault (1995), a orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e o indica em sua alteridade, instaura o corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossa prática discursiva.

A inovação, por ter em sua base a relação entre diferentes formações discursivas, produz enunciados com uma nova materialidade linguística, recriando termos para nomear seus novos objetos. Como forma de conquistar ou permanecer no mercado, o discurso da inovação tem sido muito explorado para marcar a diferença entre produtos de um mesmo segmento ou para qualificar as ações de empresas, indústrias e governos. Aparece como argumento para a divulgação de produtos que vão desde aqueles voltados para a saúde, passando pela beleza, longevidade e pelo bem-estar, até aqueles que oferecem o luxo e a sofisticação.

Pelo que se lê na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, sobre a divulgação de Ciência e Tecnologia, a palavra que resume a ação fundamental das práticas científicas e de inovação na atualidade é a palavra relação, associação. Da mesma forma, podemos considerar o caráter de novidade da noção de enunciado formulada por Foucault, ao tratá-lo como unidade do discurso, da análise reflexiva das palavras e as coisas e como via de possibilidade de existência dos saberes e do exercício do poder. Conforme Foucault (1995), enunciado é sempre um acontecimento, porque está ligado à articulação de uma palavra e, ao mesmo tempo, a uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade de qualquer forma de registro. O enunciado é único como todo acontecimento, porém aberto à repetição, à transformação, à reativação, por estar ligado tanto às situações que o provocam, quanto a enunciados que o precedem e o seguem. Essa capacidade de transformação, reativação, de surgir como acontecimento, parece ser o fundamento que define as práticas de inovação. Por

isso, não se pode compreender o funcionamento dessas práticas sem que se considere uma análise das regras de formação dos discursos que impõem à linguagem certos trajetos e certas condições de existência, redistribuindo os enunciadores, redefinindo conceitos e teorias e movendo os sistemas de dispersão das formações discursivas, conforme Michel Foucault (1995). É por meio de enunciados que os indivíduos são objetivados, é, também, com a circulação dos enunciados que eles são transformados em sujeitos, permitindo que os discursos funcionem como técnicas de subjetivação, atuando nos processos de identificação dos sujeitos e na constituição das identidades coletivas que incluem os sujeitos e que também os excluem.

A força do enunciado pode ser analisada em sua relação intrínseca com o conceito de inovação explicitado no site do grupo Inventta⁴, em que o que é dito se liga a outros ditos capazes de justificar a sua emergência, que seja como prolongamento, transformação, reativação ou apagamento, mas se firmando nessa rede, que seja pela definição dos sujeitos que ali enunciam. O grupo se apresenta afirmando que *Somos um dos pioneiros em inovação no Brasil e América do Sul* e, junto ao Logotipo do grupo, lemos a frase *Nós respiramos e vivemos inovação, e é aqui que ela vive*. Mais abaixo no texto a informação:

[2] Temos a inovação em nosso DNA, e é por isso que não paramos de nos transformar e evoluir. Somos multidisciplinares, empreendedores, curiosos, idealistas, estudiosos e comprometidos a romper paradigmas e criar novas formas de se pensar e agir.

O pioneirismo, condição indispensável para ser dito como inovador, já aparece logo no início do texto, demonstrando a recuperação, no enunciado, de outros enunciados que marcam o conceito de inovação. No trecho em destaque, há a apresentação do sujeito que deve ser dito, configurado pelo enunciado como o desejo de “ser” que deve ser estendido aos demais seres, mesmo que seja por meio da terceirização desse serviço. Trata-se de uma maneira de viver que passa para o DNA, o biológico, um controle invisível previsto nas técnicas do biopoder e dos dispositivos de poder. Na descrição do perfil do sujeito inovador, temos também a recuperação de enunciados que delimitam as práticas de inovação. Além do pioneirismo, são marcados, como *a priori*, os conceitos de multidisciplinar, empreendedorismo, invenção,

4 <http://inventta.net/quem-somos/>

novidade, transformação, ruptura. Uma rede que enlaça a memória do fazer tecnológico e científico aos ditos do discurso econômico e de mercado da atualidade.

Por se realizar em rede, o enunciado é a base de existência e de funcionamento de qualquer dispositivo, que, conforme Foucault (2014,) porta uma natureza essencialmente estratégica, o que pressupõe uma certa manipulação das relações de força, uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, estabilizá-las, utilizá-las. O dispositivo, portanto, estaria inscrito em um jogo de poder, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. Resumindo, seriam as estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. Nesse sentido, Foucault (2014) esclarece que o dispositivo engloba um duplo processo: por um lado, processo de sobredeterminação funcional, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, processo de preenchimento estratégico perpétuo. O dispositivo está sempre pronto para atender a uma urgência, para prever o que pode ser necessário no futuro.

Como parte de um dispositivo, o site do Inventta, além de pontuar aquelas condições para a definição do que seja inovador, também demonstra atender a esse ponto estratégico de se lançar no futuro para já transformá-lo no presente:

[3] Nosso valor está em modelar e construir o futuro. Usamos nossa energia e experiência para criar e desenvolver inovação, transformar pessoas, relações, organizações e, eventualmente, um pouco do mundo.

Considerando que dispositivo seja um termo técnico essencial do pensamento de Foucault, Agamben (2009) afirma que seria possível definir a fase atual da consolidação capitalista como uma gigantesca acumulação e proliferação dos dispositivos, pois não há um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo, e “não se trata simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usá-los de modo justo” (AGAMBEN, 2009, 42), pois, na raiz de cada dispositivo, está um desejo humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo em uma esfera separada constitui a potência específica do dispositivo.

A ordem discursiva do inovar no modelo empresarial

Pensar em inovação é considerar, em um plano mais superficial de elaboração, ideia de invenção para exploração da economia e domínio de mercado. Seria a inovação, nesse sentido, um processo que inclui atividades técnicas, concessão, desenvolvimento, gestão e que resulta na comercialização de novos, ou melhorados, produtos. Por ser fator fundamental para o crescimento econômico na atualidade, a inovação, além de resgatar as investigações científicas em sua atividade prática, passou a compor teoricamente o campo dos conceitos e a definir os objetivos dos projetos das diversas instâncias de produção mercadológica.

Sendo tecnológicas ou não-tecnológicas, as práticas de inovação seguem a ordem do espírito tecnológico, segundo a qual, todo discurso sobre as tecnologias é requerido como uma parte delas, seja em seu *corpus*, seja no saber que utiliza. O apelo tecnológico é uma experiência relacional e topológica das tecnologias, como também das narrativas que dela são feitas. Exemplo disso são os anúncios de cerimoniais de casamento, em que o espírito tecnológico é integrado, como forma de apresentar o serviço como atualizado, atento às exigências da inovação, justificando a necessidade de seu consumo pelo fato de o cliente também ter de se mostrar como inovador. Quanto mais fugir do lugar-comum, que poderia sustentar a rede que une enunciados e objetos, mais visível será como inovador. No site Guia de Casamento⁵, o cliente é informado sobre as propostas inovadoras de empresas de cerimoniais:

[4] Confira novidades da tecnologia que estão fazendo a cabeça dos noivos
O Guia separou 8 novidades tecnológicas para quem deseja realizar um casamento high tech, com o que há de melhor que a tecnologia moderna pode oferecer aos noivos e convidados. Confira nossas dicas

O exemplo aqui ilustra uma tendência seguida pelos mais diversificados produtos e serviços, em que a ordem tecnológica, marcada, em sua base, pela fronteira móvel atravessada pela filosofia, tecnologia e ciência (LARUELLE, 1998), tem, em sua relação com a inovação não-tecnológica, suas fronteiras rompidas e tomadas em conjunto. Essa quebra de fronteiras força uma definição de modelo de mercado, que, conforme Weber (2008), é baseada no princípio de rede. Da mesma forma que os processos de comunicação tendem a ser organizados em uma rede permanente de retroalimentação, as organizações não são mais estruturas formadas, mas se

5 <http://www.guiadecasamento.com.br/planejamento/organizacao/casamento-high-tech>

transformam em um processo em que há retroalimentação permanente. Idealmente, as pessoas têm de ser empreendedoras no mercado e são estimuladas à competição, seja ela entre os provedores de serviço, com a oferta daquilo nunca pensado antes, seja ela entre os clientes, com o desejo de inaugurar uma nova fórmula, como num casamento *high tech*, ou ecologicamente correto, ou num estilo *BohoChic*, conforme o Guia de Casamento.

Weber (2008) analisa esse modelo de mercado, que é empresarial, com base nas estratégias do dispositivo de poder de Michel Foucault (2014), mostrando que sua racionalidade não representa um modelo de poder repressivo, mas um modelo que ativa o capital humano, que traça seus objetivos estrategicamente, com foco na utilidade, empregabilidade, liberdade, segurança, prevenção. As redes são uma abordagem das empresas, visando a organizar inseguranças, como a de não ter uma cerimônia de casamento inesquecível, um espetáculo nunca visto, e estabilizá-las. Assim, ela lida com a integração de elementos de estabilização organizacionais em relações vizinhas turbulentas e instáveis. Foucault (2008) apresenta a noção de risco como produtiva dentro do dispositivo de segurança, já que uma das estratégias do dispositivo é estar sempre aberto para atender às urgências. Conforme Weber (2008), em relação à empresa, as pessoas se tornam um risco para o sistema, e as estratégias de solução podem igualmente ser causas de problemas, carregando em si mesmas seus riscos específicos e novas necessidades de regulação internas.

Atendendo ao espírito tecnológico, a regulação interna de uma empresa também deve se configurar como inovadora para fazer frente aos problemas que o próprio dispositivo vai produzindo. Assim, conforme Ron Johnson, vice-presidente de varejo da Apple⁶: *Inovação é a fantástica intersecção entre a imaginação de alguém e a realidade. Ou seja, inovar vai além da criatividade, de pensar em coisas novas. Inovar é fazer coisas novas.* Ou ainda, a inovação em gestão adotada pela Google⁷, conforme texto intitulado “Google - a inovação não é só tecnológica, mas administrativa”, que gera uma concorrência entre as pessoas que querem ser incluídas em seu quadro de pessoal, mas que exclui, por justa causa, aquelas que não entram na ordem da inovação. Resumimos a seguir sua forma de gestão conforme o texto do site que, para finalizar a matéria, traz a seguinte opinião: *Oxalá mais empresas na área de TI tivessem essa*

6 <http://www.rededeinovacao.org.br/sobreinovacao/Paginas/QueInovacao.aspx>

7 <http://www.baguete.com.br/colunistas/colunas/46/george-fabris-justo/07/08/2006/google-a-inovacao-nao-e-so-tecnologica-mas-admi>

mesma visão inovadora e estimulante! A opinião por si só já diz muito em termos de dispositivo e suas estratégias de funcionamento.

[5] A receita da gigante americana para crescer não é somente investir em tecnologia e pesquisa. Inovações na gestão da empresa também fazem parte do sucesso. Segundo reportagem da Newsweek, a empresa usa 7 princípios para que seus "knowledgeworkers" (engenheiros, programadores, técnicos) usem seu tempo da melhor maneira possível, sejam criativos, entusiasmados, cooperativos, enfim, que formem um grande time. Os donos da Google acreditam que somente atraindo as melhores cabeças, eles poderão continuar crescendo e superando a concorrência. Se alguma coisa não estiver bem na empresa, os melhores profissionais invariavelmente vão procurar outro lugar para trabalhar. [...]Achei muito interessante o fato de que os fundadores-diretores da Google apostaram na inovação não só tecnológica, mas de gestão. Esforçam-se para criar um ambiente estimulante e confortável para seus colaboradores, pois sabem que a base da empresa são as ideias que vêm de funcionários motivados.

O trecho ilustra uma fórmula de sucesso de inovação em gestão, que é um dos domínios de alcance da inovação não-tecnológica (há teorias sobre inovação organizacional, de produto, processo, marketing). Também comprova o que Weber (2008) constata como técnicas e estratégias da empresa dentro dos novos conceitos difundidos pelo mercado, ao apresentar os sete princípios que visam à construção e à manutenção de seus profissionais, “trabalhadores do conhecimento”, de forma que exerçam sua atividade de maneira muito focada, com capacidade para definir problemas, identificar alternativas e resolver esses problemas, influenciando nas decisões, prioridades e estratégias da empresa. Para isso, a empresa oferece aos profissionais (que se tornaram, nesse modelo, um time) o que a coloca como inovadora, por entrar na rede dos saberes científicos e não-científicos: *remuneração e pacote de benefícios acima do mercado, a empresa oferece cantinas para almoço de 1ª linha, academia de ginástica, lavanderia, massagens, salas de relaxamento e até cabelereiro.* Em contrapartida, como se trata de um time que atua numa competição, Weber (2008, p. 122) lembra que sobre esse time se exerce um controle invisível, um monitoramento contínuo, por meio do conceito de aprendizagem de vida inteira, em que o sujeito é visto como um sujeito pedagógico, que se adapta ao “apelo ‘o sucesso está dentro de você!’”, um empreendedor de si mesmo, auto-organizado. Os auxílios, assim, constituem estratégias preventivas capazes intervir antes que os riscos já definidos ocorram. No mesmo texto sobre a Google, há a informação de que *os diretores da*

Google tem consciência que seus concorrentes já usam técnicas de gestão semelhantes, então é preciso sempre estar evoluindo para manter-se na frente da concorrência. E cada sujeito do time precisa conduzir-se a si mesmo dentro do atual conhecimento contínuo da mudança para não se constituir como um sujeito indesejável, causador de problemas.

Conforme Weber (2008), esse modelo de mercado, baseado no princípio de rede com objetivos estabelecidos e buscados estrategicamente, confronta com outros modelos, como o das hierarquias piramidais, modelo de um dispositivo disciplinar, nos termos de Foucault (2008), em nível conceitual. Entram em jogo, atendendo às normas do dispositivo de segurança e às técnicas do biopoder (FOUCAULT, 2008), novos conceitos como administração de qualidade, sistemas de aprendizagem, empreendedorismo, identidades dinâmicas, ambiente de negócio profissionalizado, risco, monitoramento, gerenciamento, provedores de serviço, clientes etc. Os conceitos do novo mercado remetem ao NET e a um capitalismo flexível, novo modelo de controle, e “o conceito funciona” (WEBER, 2008, 120).

Inovação e reconfiguração das materialidades discursivas

Os novos conceitos de mercado organizado em rede, modelo empresarial de nossos tempos, se fazem notar na superfície dos discursos, na materialização das formas do fazer e do dizer das empresas que oferecem os mais diferentes e até inusitados serviços para a tranquilidade, segurança e sucesso do cliente, delineando um trajeto que permite o entendimento de como alimentam e são retroalimentadas pelo apelo Tecnológico, por meio da ordem constante do inovar, como forma de atuar na rede de poder construída pelos dispositivos numa sociedade de biopoder. Diante desse panorama, nos interessa nessa seção discernir como uma certa definição de inovação entrou em dispositivos que fizeram dela uma realidade, uma fabricação social e institucional das verdades recebidas.

Nesse sentido, problematizaremos algumas práticas discursivas que nos enlaçam em sua rede no momento, procurando acompanhar a mobilidade dos conceitos que, em seus ajustes e transformações, entram em relação com os enunciados que configuram as práticas tidas como inovadoras. Práticas essas que envolvem os processos de gestão das

empresas, seus produtos, serviços e o modo e o porquê de consumir do cliente. Consideraremos que os conceitos são esquemas discursivos próprios e derivados do enunciado (DELEUZE, 2005) e o tomaremos como num nível pré-conceitual, campo que permite descrever a “dispersão anônima que caracteriza um tipo de discurso” (FOUCAULT, 1995, p. 69). Trata-se, portanto, de considerar a organização do campo discursivo em que se encontram os conceitos que buscam definir o consumo dos serviços das novas barbearias divulgados na contemporaneidade. Essa escolha é ilustrativa pelo fato de estes domínios compartilharem as mesmas positivities, com a mesma ideia da importância da renovação dos conceitos, que constituem as práticas de inovação de serviços e produtos. Nessa análise, se faz necessário ter sempre em vista que há regras que tornam possível o aparecimento e a transformação dos conceitos que são dispersos, heterogêneos e até mesmo incompatíveis (MACHADO, 2006, 147).

Para a análise da transformação dos conceitos como estratégia discursiva do dispositivo de inovação, em que as novas barbearias buscam se enquadrar, faz-se necessário compreender a construção de conceitos para os novos homens que vêm despontando nos últimos anos, também por força de dispositivos de poder e saber. Os tipos de homens que interessam às novas barbearias surgem também de uma relação entre enunciados e com outros conceitos. Exemplo disso é a matéria do Portal do Servidor do Senado Federal, na seção comportamento, que em seu número 71 de 2006, traz o texto “De metro a übersexual”⁸ esclarecendo que:

[6] A moda vai e volta. E a “regra” vale também para os comportamentos. Quer um exemplo, no mundo masculino? O metrossexual, ou seja, aquele homem que faz a sobrancelha, frequenta manicure e faz limpeza de pele regularmente já é coisa do passado. Agora, a moda é ser übersexual. Isso mesmo, o homem do futuro se distancia cada vez mais de estilos como o símbolo máximo de metrossexual, o jogador de futebol David Beckman e se aproxima da imagem mais clássica de homem, como Bono e George Clooney. [...] ser metrossexual já é coisa do passado. Quem garante é Marian Salzmain, a publicitária que tornou popular o termo “metrossexual” e que agora, num novo livro, define quem é e como é o homem do momento. [...] “Über” vem do alemão, e significa “super”, o que está além. O übersexual é másculo, mas sensível e admira as mulheres fortes. [...] Mas não é preciso ser estrela para ser um übersexual, a criadora do termo conta que pesquisas de mercado mostram que eles são cerca de 25% dos homens. “Eles estão entre nós”, garante.

⁸http://www.senado.gov.br/senado/portaldoservidor/jornal/jornal71/comportamento_moda.aspx

Muitos acreditavam que o homem metrosssexual era a nova invenção da moda masculina, mas tomam conhecimento, com a matéria, de que este tipo “já é coisa do passado” e que a nova moda é o übersexual que, aparentemente, não representa uma mudança drástica em relação ao metrosssexual, pois ele também se preocupa com a imagem pessoal, porém se aproxima mais da figura do homem tradicional e, ao mesmo tempo, se constitui como “o homem do futuro”. Esta última característica justifica a máxima de que “moda vai e volta” e as outras descrições desse novo homem moderno garantem a lucratividade do mercado. Na visão de muitos especialistas e estudiosos da inovação, as práticas inovadoras se constituem por tornar obsoleto tudo o que havia antes. Enquanto o übersexual remete à ideia de super do alemão, em que este significado relacionado a homem produz o conceito de másculo, o metrosssexual é uma palavra originária do inglês e representa a junção dos termos "sexual" e "metrópole", construindo um conceito de um homem que vive nas grandes metrópoles, que se interessa pelo sexo oposto e não tem vergonha de dizer que cuida do corpo, da alma, da pele e do guarda-roupa. O conceito de metrosssexual surge associado a outras categorias de tipos de homens que já existiam há mais tempo: o heterossexual, o bissexual e o homossexual. Como o homossexual sempre esteve associado àquele que se preocupa com a moda e com a vaidade, por isso sendo tido como um consumidor garantido, o metrosssexual foi uma criação para que o mercado abocanhasse também os heterossexuais. No texto do site do senado, esta criação discursiva de novos objetos e conceitos fica clara na informação de que existe “a publicitária que tornou popular o termo "metrosssexual" e que agora, num novo livro, define quem é e como é o homem do momento”.

Se o übersexual era novidade em 2006, agora a novidade é o lumbersexual, mas que não descarta os tipos acima, pois, quanto mais, melhor para o mercado, mais amplia sua rede. O lumbersexual, conforme o site Bar Metrosssexual⁹,

[7] significa a mistura de duas palavras: Lumberjack (lenhador) e Sexual. Hoje, se fosse escolher um termo da moda, seria lumbersexual. Ao contrário do que muitos imaginam, apesar do estilo descontraído e largado, o homem lumbersexual é vaidoso. Também se preocupa com sua aparência. Mantém a barba bem cuidada, o cabelo com corte bacana e as roupas combinando. Como a barba grande já foi sinônimo de descuido, a imprensa tem essa ideia dos lumbersexuais.

⁹ <http://barmetrosssexual.com/lumbersexual-como-seguir-esse-estilo/>

Essa maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros é, segundo Foucault (1995), o que permite delimitar o grupo de conceitos, mesmo que discordantes. É a maneira, por exemplo, “pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados etc. É esse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual” (FOUCAULT, 1995, p. 66).

Esse grupo de conceitos que define o novo homem não passa ileso às teias do mercado, e as barbearias se transformam para acatar novos conceitos e também se configurar dentro dos novos conceitos desse tipo de empresa. Em notícia de outubro de 2014 do site *Hair Brasil*¹⁰, nos deparamos com título: *As barbearias masculinas voltaram com um novo conceito e uma nova experiência aos clientes*. A notícia divulga o surgimento de um novo tipo de empresa no mercado para inovar as barbearias e, para isso, precisa ser identificada por um conceito, que deve ser novo. Os conceitos pertencem a um campo submetido ao nível pré-conceitual (FOUCAULT, 1995, p. 67). A inovação é uma prova visível da coexistência entre os conceitos e o campo pré-conceitual e, assim, se dá também pelo resgate de objetos e práticas antigas, que ganham nova roupagem com os conceitos de retrô, customizar, gourmet e vintage. Este último, para produzir o efeito do diferente, descolado, e inovado, define o estilo das novas barbearias:

[8] nos últimos anos, a moda da barbearia tem voltado com tudo em grandes capitais. O comportamento masculino mudou e eles se preocupam mais do que nunca com a aparência. Com isso, apareceram como tendência de negócio as barbearias de antigamente com visual inspirado nas décadas passadas e tudo ao som dos anos 50 e 60. Os empresários de olho nesse nicho de mercado estão abrindo por todo o Brasil salões de barbeiro com espaços sofisticados e carta de serviços diferenciada.

Os serviços oferecidos vão ao encontro da nova ordem Tecnológica, mesmo não sendo tecnológicos, atendem às demandas do biopoder, proporcionando aos clientes a possibilidade de se incluir nos padrões de beleza, bem-estar e felicidade e funcionam como estratégias do dispositivo que buscam garantir o controle, a segurança, da população e a lucratividade do mercado. O emaranhado das relações possibilitadas pelo dispositivo e pelas técnicas do biopoder não para de se lançar em novas frentes, construindo mais relações que indiciam o caráter de inovador do novo objeto ou serviço atingido. O conceito de novo homem não escapa às estratégias de outros tipos de

¹⁰http://www.hairbrasil.com/index.php?http://www.hairbrasil.com/noticias/noticia_3247.html

serviço. Se o comportamento dos homens mudou e eles se preocupam com a aparência, esse novo conceito de homem vai abrir espaço para a oferta de mais um serviço, já conhecido em décadas anteriores, mas agora encenando outros conceitos que são revisitados e transformados pela associação de outros elementos indispensáveis na encenação dos conceitos que definem o homem atual. Assim,

[9] as novas barbearias contam agora com o conforto de cadeiras reclináveis e investem em rituais com produtos específicos para os homens e até mesmo em aromaterapia. Também é possível escolher serviços de design de barba, coloração dos pelos e agendar o dia do noivo, com direito a cerveja, petiscos, quarto exclusivo com hidromassagem, TV e videogame.

Buscamos, neste breve texto, reconhecer, por meio das práticas discursivas do mercado de serviços, que o nível pré-conceitual dos conceitos é o que de fato afeta a ordem da inovação, pois o pré-conceitual, segundo Foucault (1995), “em lugar de delinear um horizonte que viria do fundo da história e se manteria através dela, é, pelo contrário, no nível mais superficial (no nível dos discursos), o conjunto das regras que aí se encontram efetivamente aplicadas”. É ele que deixa aparecerem as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a multiplicidade heterogênea dos conceitos. São regularidades que tentamos ver exteriorizadas por meio dos enunciados que efetivam o caráter inovador tanto dos profissionais das novas tecnologias quanto dos serviços ofertados pela empresa, em seu modelo de rede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agamben, G. O que é um dispositivo? In: _____. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 25-51.

Deleuze, G. *Conversações*. São Paulo: 34, 1992.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

Foucault, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2001.

_____. *Segurança, território e população*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. O jogo de Michel Foucault. In: MOTTA, M. B. da (org.) *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Ditos e Escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

Laruelle, F. Para o conceito de “não-tecnologia”. In: ARAÚJO, H. R. *Tecnociência e cultura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

Machado, R. *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

Weber, S. M. O “intra-empendedor” e a “mãe”: estratégias de “fomento” e “desenvolvimento” do empreendedor de si no desenvolvimento organizacional e na ação afirmativa. In: PETERS, A. e BESLEY, T. (orgs). *Por que Foucault?: novas diretrizes para a pesquisa educacional*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

A CONSTITUIÇÃO DE UM ESPAÇO DE DIZER NO BATIMENTO ENTRE LÍNGUA E HISTÓRIA: O SUJEITO NORTE MATO-GROSSENSE NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

Tânia PITOMBO-OLIVEIRA¹

RESUMO

O Grupo de Pesquisa Educação e Estudos da Linguagem se orienta pela linha de pesquisa Sujeito do Conhecimento e ancora suas reflexões nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso materialista histórica e tem como objeto compreender os contextos de constituição da prática discursiva dos habitantes da região norte do Estado de Mato Grosso no confronto com o discurso governamental no que diz respeito à oposição desmatar/preservar. Focalizamos a cidade de Sinop, polo regional, como referência para as entrevistas realizadas que produziram recortes específicos em que a prática discursiva dos habitantes da região se marca pela referência à injustiça e interdição ao desenvolvimento decorrentes do discurso jurídico-preservacionista governamental de restrições. Movimentamos os sentidos de ‘desenvolvimento’ e de ‘integração’ na relação presente/passado, assim como os significados de fronteira postos pelo paralelo 13°. A dificuldade em se precisar “o quê significa e para quem” nos faz refletir sobre a necessidade de nos debruçarmos sobre a questão e pesquisarmos sobre os sentidos de “desenvolvimento” e os sentidos de “sustentável”. Nesta proposta de reflexão sobre a linguagem fundada nos trabalhos de Michel Foucault, Michel Pêcheux e EniOrlandi, mobilizamos algumas noções que são de fundamental importância para a compreensão da constituição dos sentidos e dos sujeitos no batimento entre língua e história e que possam contribuir na utilização e na interpretação dos conceitos postos numa possível releitura pelas políticas públicas que se traduzem posteriormente em deliberações legais.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Sujeito; Amazônia Legal Brasileira; Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Nesta reflexão que se inscreve na perspectiva teórica da Análise do Discurso materialista histórica, fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux, Michel Foucault e EniOrlandi, inscrevemos como objeto de investigação “o discurso dos habitantes da

IUNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso. FAEL – Faculdade de Educação e Linguagem. Curso de Letras. Av. dos Ingás, 3001, Jd. Imperial, CEP 78550-000, Sinop/MT/Brasil – taniapitombo@gmail.com

faixa de transição de floresta aberta para floresta densa ou pré-amazônia” no confronto com o discurso governamental e nos propomos a compreender as relações político-jurídico-ambientais e econômicas postas pelos discursos da região norte do Estado de Mato Grosso no que diz respeito à oposição desmatar/preservar.

Tendo em vista a oposição entre “aqueles que podem” e “aqueles que não podem”, o componente de maior alcance das condições de produção e que norteou as entrevistas foi a Medida Provisória n.º 1511/96, que normatiza a obrigatoriedade da reserva legal nas propriedades acima do paralelo 13º em 80% de mata ao contrário do “resto do País” em que a reserva legal obrigatória é de 20%.

No dizer sobre o impacto das medidas jurídicas, sanções e punições fiscais que incidem sobre a região, fica atestado pelos habitantes que essas medidas não lhes são devidas.

Na busca da compreensão do funcionamento dos discursos em pauta, trabalhamos os sentidos de ‘desenvolvimento’, e de ‘integrar’ na relação presente/passado, assim como os significados da fronteira posta pelo paralelo 13º.

O interesse por este trabalho se deu na observação da prática discursiva dos habitantes da região norte do Estado de Mato Grosso, região considerada como faixa de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, denominação conforme a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (1994:08), prática discursiva esta marcada por mecanismos discursivos de contestação dos habitantes desta faixa de transição contra o espaço de restrições criado/controlado por medidas governamentais.

Essa comunidade convive em permanente estado de confronto na sua relação com o estado, sob o impacto de medidas provisórias, projetos, restrições e punições fiscais que incidem sobre a região.

Tomando como referência para as entrevistas que constituem o corpus deste trabalho a Medida Provisória n.º 1511 de 27 de junho de 1996, que normatiza a obrigatoriedade da reserva legal nas propriedades rurais em 20% e a preservação em 80%, ao contrário do restante do país em que se preserva 20% e é permitido desmatar 80%; e a Portaria 16/99 do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) publicada no mês de fevereiro de 1999, suspendendo por cento e vinte dias a concessão de novas autorizações para desmate em toda região amazônica e revogando as concedidas anteriormente; deparamo-nos, na prática discursiva dos habitantes da faixa de transição, com severas críticas às medidas restritivas da MP 1511/96 e à edição da Portaria 16/99. Esta situação acarreta discussões

calorosas favoráveis ao desenvolvimento da região.

O grupo de pesquisa Educação e Estudos da Linguagem que desenvolve o Projeto de pesquisa *Tecer de uma discursividade na região norte mato-grossense da Amazônia legal: contextos e possibilidades de desenvolvimento frente à sustentabilidade*, traz para si a responsabilidade de dar voz a esta população que é dita/falada/identificada em um contexto midiático nacional e levantar o que estaria funcionando neste contexto regional que poderia parecer tão insólito aos olhos de um alguém que estivesse fora deste processo? O que estaria tão opaco para que grande parte da população do país, em especial a mídia, hostilizasse os habitantes da região?

Esta inquietação levou-nos a procurar algo que não estivesse tão visível, e, nos propusemos a pensar discursivamente sobre estes questionamentos, e entender, a partir das relações imaginárias constitutivas dos processos discursivos, a oposição “entre aquele que pode” e “aquele que não pode” presente nos discursos dos habitantes da faixa de transição ou pré-amazônia, no confronto com o discurso governamental. Veremos que discursivamente estes habitantes se identificam como “aqueles que não podem”, marcados pela relação desmatar/preservar, não como evidência do conteúdo na relação sujeito e linguagem, mas como efeitos de sentidos constitutivos de um imaginário que toma estes habitantes.

Desenvolvimento sustentável entre um jogo de imagens

Desenvolvimento sustentável: formulação presente na prática discursiva da população brasileira que beira as margens do senso comum, sendo formulada em uma diversidade de situações e sujeitos. A dificuldade em se precisar “o quê significa e para quem” nos faz refletir sobre a necessidade de nos debruçarmos sobre a questão e pesquisarmos sobre os sentidos de “desenvolvimento” e os sentidos de “sustentável” para a população brasileira que habita a região denominada da Amazônia Legal e ainda mais especificamente, a região acima do Paralelo 13° que tem limites restritivos em sua área de desmate de fitofisionomias florestais em 20%, devendo permanecer 80% de área de preservação de floresta.

Historicamente, muitos desafios se apresentam à humanidade frente a questões como um equacionamento entre desenvolvimento e consciência ecológica ou educação

ambiental. O mundo globalizado exigirá, cada vez mais, que as nações definam o que entendem e como querem trabalhar a noção de desenvolvimento (desmatar/plantar/colher/sobreviver) ou (preservar/sobreviver) na contradição desmatar/preservar. Para que essas noções efetivamente constituam práticas, é necessário trabalhá-las/compreendê-las nas regiões diretamente atingidas pelo discurso jurídico preservacionista ambiental governamental.

Assim, tomamos as noções teóricas da área da Análise de Discurso, que pensa a compreensão do fato de linguagem na relação do sujeito com os sentidos e com o mundo. Para Orlandi (1999:15),

[...] a Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando [...] considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Nesta proposta de reflexão sobre a linguagem, estaremos mobilizando algumas noções que são de fundamental importância para a compreensão da “constituição dos sentidos e dos sujeitos”. Abordaremos, então, além das noções de sujeito e sentido, as de ideologia, história, linguagem e discurso.

Para Pêcheux (1997:160) “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”. Esta tese pode ser resumida dizendo que as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Pêcheux chama, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem

seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas, onde os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

Para Orlandi, há uma afirmação fundamental para quem trabalha na Análise do Discurso – “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua significando e significando-se pelo simbólico na história.” (1999^a:12). Há um efeito que é o efeito ideológico elementar pelo qual o sujeito não tem acesso ao modo como ele se constitui em sujeito, ou seja, o modo como ele se constitui enquanto posição.

Para que possamos entender o discurso encontrado na região norte mato-grossense é necessário compreender a história não como uma sucessão de fatos já dados, cronológicos. Datas não interessam, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam. Segundo Paul Henry (1997:51),

Não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isto vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História.

Na região norte do Estado de Mato Grosso, observamos que esta população sente-se injustiçada e interdita ao ser excluída do contexto de desenvolvimento no qual estava inserida nas décadas de 70 a 80 do século XX e submetida a um espaço de restrições criado/controlado pelas medidas governamentais em que o Estado exerce o controle através de Medidas Provisórias.

Assim, a possibilidade de compreendermos o desenvolvimento frente à sustentabilidade e as propostas de correção da ilegalidade postas no discurso governamental estadual e federal se apresentam como fundamentais para que o Grupo de Estudos Educação e Estudos da Linguagem possa observar a relação da posição-sujeito norte mato-grossense frente ao movimento das questões ambientalistas.

Dessa forma, essa pesquisa contribui para compreender como são produzidos efeitos de sentidos sobre desenvolvimento sustentável em diversas materialidades discursivas que se apresentam pelas vias dos discursos de sujeitos em diferentes posições, como ecos que sinalizam a harmonia entre o desenvolvimento econômico, a tecnologia e a vida ecológica, nesses territórios que constituem essa parte da Amazônia

Legal, a região de Sinop.

O corpo linguístico como fronteira discursiva

Pêcheux (1990:07-24), ao discutir o conceito histórico das revoluções afirma que,

No espaço revolucionário tem-se a questão da passagem de um mundo a outro, a relação com o invisível é aí inevitavelmente colocada, do mesmo modo como nas formas históricas da contra revolução: o conjunto constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história.

O autor nos diz que “a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades de ausência”.

Ao propor a existência do invisível e da ausência, Pêcheux as inscreve nas “formas linguísticas da negação, do hipotético, das diferentes modalidades que expressam um ‘desejo’, e também no jogo variável das formas que permutam o presente com o passado e o futuro(...) toda língua está necessariamente em relação ao “não está”, o “não está mais” e o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata: a ideologia a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível”.

Pêcheux nos mostra, nesta reflexão sobre as barreiras visíveis e invisíveis, que as ideologias feudais “supunham a existência material de uma barreira linguística que separava aqueles que, por seu estado, eram os únicos suscetíveis de entender claramente o que tinham a se dizer, e a massa de todos os outros, tidos como inaptos para se comunicar realmente entre si, e a quem os primeiros só se endereçavam pela martelação retórica da religião e do poder”.

Observa que nem o feudalismo nem as monarquias absolutas colocaram em prática qualquer política de língua, o que não implica a ausência de acontecimentos linguísticos importantes como, por exemplo, o papel organizador da Academia Francesa que, tendo os laços de suserania se tornado ineficazes, se empenhou em reforçar a coesão da classe dominante nobiliária com a unificação de *sua* língua face à heterogeneidade linguística que havia se manifestado. Para Pêcheux (1990), assinala que,

O ‘corpo linguístico’ da época feudal, o mosaico dos falares locais e dos patoás, permanecia tão intocável quanto o corpo do rei, por razões

paradoxalmente idênticas, tendo em vista o fato de que o soberano somente podia representar seu povo na condição de ser, em seus atos e em suas palavras, a fonte única da história, da qual o povo se mantinha como o espectador mudo.

O autor atesta a partição do mundo feudal em dois mundos assegurada por disjunções visíveis entre as quais as barreiras de língua e se refere “a um ‘terceiro mundo’ invisível, a um trás mundo onde a separação se anula: a ideologia religiosa, que dominava a formação sócio-histórica, feudal e monárquica, consistia essencialmente em administrar esta relação com o “alhures” que a funda; ela representava este “alhures”, tornando-o visível através das cerimônias e das festas – inscrevendo-se aí os discursos – que colocavam em cena este corpo social unificado, radioso, transfigurado, que manifesta o *inexistente constitutivo* da sociedade feudal.

Com o advento da Revolução Francesa (1789) a classe burguesa toma o poder político “em uma revolução nacional, democrática e popular; é também uma revolução linguística no sentido próprio do termo, posto que a “mudança de mundo” (materializada em alguns anos pela queda da realeza e a construção de um novo aparelho político, jurídico-administrativo e militar) é também profundamente marcado pela empresa política do “francês nacional”.

Assim, este “terceiro mundo” invisível, este trás mundo da ideologia feudal, “este “inexistente” irrompeu materialmente, e as barreiras visíveis se desmoronaram, arrastando com sua queda a ideologia religiosa feudal”. Pêcheux (1990), nos afirma que,

A política burguesa produz um novo tipo de relação ao alhures e ao inexistente. A ‘questão linguística’ chega politicamente à ordem do dia, e desemboca na alfabetização, no aprendizado e na utilização legal da língua nacional, não mais o choque de dois mundos, separados pela barreira das línguas, mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de uma só língua, tendencialmente Una e Indivisível, como a República.

A difusão da língua nacional é uma das questões em jogo nas lutas de classes na Europa do século XIX e a burguesia francesa procura uma aliança popular a fim de destruir a antiga dominação monárquica e ao mesmo tempo procura organizar sua própria ordem: uma nova divisão da sociedade sob a cobertura de uma unidade formal fundada no Direito.

Proclama o ideal de igualdade frente à língua como uma das condições da liberdade dos cidadãos e simultaneamente organiza uma desigualdade real em que o ensino “completo” da língua francesa consistia sobre o modelo do latim, reservando a

experiência do bilinguismo para a classe dominante e fornecendo às massas uma gramática simplificada e truncada, baseada na lógica da frase simples.

Por seu lado o proletariado experimenta o irrealizado do movimento popular. Não há igualdade entre burguesia e proletariado. Uma barreira política invisível se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis capitalistas.

Desta maneira, não existe mais uma fronteira visível separando dois mundos como no feudalismo havia a separação entre o soberano e o povo. Pêcheux afirma que “o importante aqui é que esta nova barreira, invisível, não separa dois “mundos”; ela atravessa a sociedade como linha móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica, sendo que, de um e de outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo “sentido”: esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso de Direito, que constitui assim a *nova língua de madeira da época moderna*, na medida em que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política”.

Para o autor, os diferentes aparelhos ideológicos de Estado da sociedade burguesa “*são ao mesmo tempo idênticos e antagonistas*” em relação a si mesmos, submetendo sua unidade a uma divisão: “*um mundo que não acaba nunca de se dividirem dois*”.

A revolução socialista para Pêcheux (1990), aparece como o inexistente específico do mundo burguês, cujo advento é o único que pode realizar “a transparência da produção social” para os próprios produtores e por eles; o discurso revolucionário socialista se constrói (nas sociedades europeias do século XIX) em torno da barreira política invisível que protege o Estado: ele consiste em denunciar a sociedade, tornando visível o seu “irrealizado”; ele se encarrega de reunir, convencer, organizar e politizar o proletariado, tornando-o visível para si mesmo, de sorte que, novo sujeito da História, este se lance à “luta final”: o mundo vai mudar de base.

Esta subversão da base do modo de produção capitalista não ocorreu e o que constitui hoje “o mundo socialista” se desenvolveu na periferia do mundo capitalista, “contido em um outro mundo *pelo* mundo capitalista, quando não *dentro* dele”. O campo socialista tomava o lugar da utopia realizada como ilha experimental sitiada e defendida em que o socialismo estava a se operar: “o alhures realizado tomava o lugar do ‘realizado alhures’”.

Esta necessidade de proteção do socialismo em relação ao capitalismo produziu fronteiras visíveis como: “a fronteira de sítio, que separa o interior do socialismo

existente e o mundo exterior do capitalismo. Fronteira protetora contra o cerco militar, as tentativas contra-revolucionárias e os riscos de “contaminação ideológica”, mas por isso mesmo fronteira também de contenção interna, destinada a prevenir fugas”, e ainda, “novas fronteiras interiores: reconstituição de novas solidificações e novas permanências, e em um certo retorno do sagrado feudal na ordem social: as hierarquias, as posições e os protocolos organizam a visibilidade do corpo glorioso da Revolução e asseguram a legitimidade do discurso oficial, tecido com referências aos textos fundadores e com fragmentos de memória coletiva, através dos quais o “nós” do povo se dirige a si mesmo; a ordem social pretensamente desembaraçada dos efeitos da luta de classes, converte-se em uma ordem natural, na qual não há lugar para contradições: quando muito “dificuldades de organização”.

E o autor conclui “jogando com as novas fronteiras visíveis, uma fronteira invisível, de tipo novo, sinuosa e móvel, se constituiu em torno do Partido-Estado; inapreensível e invisível, ela torna visível a adversidade, produzindo o adversário, tomando o intruso interno como “traidor”, “sabotador” e “agente do inimigo”, e expulsando-o para fora do “nós” unânime do indivíduo social universal que ele assim protege e reproduz (...) de um lado e de outro desta fronteira, a mesma palavra, a mesma frase não têm, de novo, o “mesmo sentido”: e, como no caso da ideologia jurídica burguesa, sua transposição, deliberada ou não, pode ser uma questão de vida ou morte: paradoxalmente, a desconfiança dos revolucionários com respeito à fraseologia engendrou a nova fraseologia do discurso-real autoprotetor, nova “frase democrática” que, ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem confessar”.

Constituição histórica dos processos de linguagem

Ao pensar sobre os conceitos de fronteira – visível e invisível – propostos por Pêcheux e os reportando para o objeto de estudo deste trabalho, considero fundamental compreender, neste caso, o paralelo 13º na relação com a linguagem.

Considerado como um marco visível – assinalado em mapas – seria somente mais um paralelo se não fosse o fato de que estabelece uma fronteira discursiva após a edição da Medida Provisória 1511/96. E é este fato que o torna diferente dos demais.

O paralelo 13° é uma fronteira discursiva que estabelece o sentido de ‘aquele que não pode’ ao “norte/acima” do Brasil, diferentemente do ‘aquele que pode’ “ao sul/abaixo”².

O paralelo 13° carrega um sentido outro em que ele somente se torna visível/sentido/discutido/rejeitado nos sentidos do “aquele que não pode”, em sua constituição histórica, pois para “aqueles que podem” estes sentidos não existem discursivamente.

Pêcheux considera necessário reconhecer que “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um “outro mundo”, anterior, exterior ou independente”, e acrescenta, “parece que a questão de linguagem, a dos efeitos de fronteira e a da irrupção do irrealizado podem se amarrar à figura da interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos”, introduzida por Althusser (1998) em que as práticas ideológicas são aí caracterizadas como,

Reguladas por rituais nos quais as práticas se inscrevem no seio da existência de um aparelho ideológico, mesmo que seja uma mínima parte deste aparelho: uma pequena missa em uma pequena igreja, um enterro, um pequeno jogo em uma sociedade esportiva, um dia de aula em uma escola, uma reunião ou um encontro de um partido político, etc.

E perguntamos, então, de que forma se dá a resistência na prática discursiva dos habitantes da faixa de transição, considerando que o próprio da oposição já é uma das formas de resistência conforme o Dicionário Aurélio (2010) – “10. Oposição ou reação a uma força opressora”.

Em relação às formas de se dar a resistência, para Pêcheux, estão: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...”.

O desenvolvimento entre um jogo de imagens

A análise do material das entrevistas realizadas produziu recortes específicos

² A prática discursiva acima/abaixo se dá pela visualização do mapa e não pela demarcação geográfica que ao norte(acima) do paralelo 13° vem o paralelo 12°, 11°, etc.

marcados, a partir das relações imaginárias constitutivas dos processos discursivos, pela oposição entre “aquele que pode” e “aquele que não pode”, presente nos discursos dos habitantes da faixa de transição ou pré-amazônia no confronto com os discursos ambientalistas governamentais.

Veremos que discursivamente estes habitantes se identificam como “aqueles que não podem”, sentindo-se injustiçados pela nova maneira de pensar da política ambiental.

Observemos os recortes,

Se não há o desmate, não há plantação e muito menos o aproveitamento da área.

(Revista Produtor Rural, março de 1999:30)

Constata-se uma relação de condição. O produtor rural da faixa de transição tem como prioridade o aproveitamento da área, e, para que isto ocorra, é preciso desmatar e plantar.

(...) eu vim lá do sul. Aí eu chego aqui e a terra não serve prá mais nada, é prá reserva. Isso aí também é que nem pregar prego no mar né (...) 50% de reserva prá quem veio prá abrir 80% é muita reserva né, é muito chão.

(Agricultor, entrevista realizada em 04 de fevereiro de 1999)

Segundo Orlandi (1999:30) as condições de produção de um discurso podem ser consideradas em sentido estrito, ou seja, as circunstâncias da formulação, o contexto imediato; e consideradas em sentido amplo, o que inclui o contexto sócio-histórico, ideológico.

No discurso dos habitantes da faixa de transição as condições de produção em seu contexto imediato, ou seja, as circunstâncias de formulação remetem a uma prática discursiva de injustiça e interdição em uma referência presente/passado – década de setenta/década de noventa – no confronto com as medidas jurídico-ambientalistas governamentais.

Neste caso específico, considero como uma das condições de produção deste discurso a edição da medida provisória 1511/96 que aumenta a área de reserva legal ao norte do paralelo 13° de 50% para 80% nas regiões em mata. Também deve ser considerado como condição de produção, em seu contexto imediato, o fato da faixa de transição ser limítrofe ao paralelo 13° e esta proximidade aumenta o sentimento de injustiça destes habitantes.

E, ainda, a cobertura vegetal da região, em que estes habitantes alegam que esta é uma região de mata não pertencente à floresta densa amazônica.

Já, as condições de produção em seu contexto amplo trazem para a consideração dos efeitos de sentido elementos que derivam da forma de nossa sociedade, das Instituições, entre elas o Governo, no modo como organiza o poder estabelecendo leis que devem ser cumpridas, neste caso específico, a edição da medida provisória que altera a área de reserva legal.

As condições de produção do discurso da faixa de transição, em um contexto amplo, estão assentadas sobre a nova maneira de pensar da política na era da globalização que prioriza o discurso ambiental-ecológico em detrimento do discurso desenvolvimentista.

Na referência presente/passado, verificamos a necessidade de manutenção pelos habitantes da região norte do Estado de Mato Grosso, das propostas governamentais do início da colonização contidas na Declaração da Amazônia: povoamento, ocupação, segurança nacional, ocupar o território, harmoniosa integração inter-regional, mercados significativos, progresso e desenvolvimento da área, promover a completa integração sócio-econômica da Amazônia ao Brasil, perfeita e adequada incorporação à sociedade brasileira, soberania inalienável.

Os recortes nos mostram a relação sempre posta entre presente e passado. O discurso dos moradores da área de transição é um discurso que se constrói ancorado nas propostas desenvolvimentistas da década de setenta e requer a manutenção da ordem então vigente.

Como nos recortes:

(...) ao contrário de décadas atrás, nos dias atuais, graves medidas em forma de sanções, tudo em nome do meio ambiente, através do próprio governo federal que anteriormente incentivava a ocupação da Amazônia Legal.

(Gazeta Regional de Sinop, 01 de abril de 1999:02)

Na década de setenta foram criados programas de desenvolvimento da região centro-oeste como o Prodeci, SUDAM, e de expansão agrícola. Na época, muitos brasileiros foram convidados a desbravar o cerrado e garantir nossas fronteiras. O problema é que, por parte do governo federal, não havia nenhuma preocupação quanto à questão ambiental. Agora, quando a consciência ecológica parece ter despertado, o governo exige que os produtores façam por conta própria a reconstrução das áreas de reserva legal.

Veja o absurdo: hoje o agricultor não tem dinheiro sequer para plantar, quanto mais para reconstruir uma mata nativa de cerrado.

(Elizete Araújo Ramos / Advogada / Assessora Jurídica da FAMATO - Federação da Agricultura de Mato Grosso / Revista Produtor Rural/março de 1999)

A nação agora impediu os donos de propriedades na Amazônia Legal de derrubar qualquer árvore e de transportar qualquer madeira que já tenha sido derrubada, exceto as já serradas ou nos pátios das madeireiras. Essa atitude, moralmente correta na nova ordem, afetou milhares de pessoas que anteriormente atenderam uma política da própria nação em levar desenvolvimento à Floresta Amazônica.”

(Estudante universitário, julho de 1999)

Na prática discursiva dos habitantes da faixa de transição produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer que já se encontra sedimentado, como nos exemplos: ‘décadas atrás’, ‘na década de setenta’, ‘na época’, ‘anteriormente’, que fazem referência a um passado na oposição a: ‘dias atuais’, ‘agora’, ‘hoje’. Essa oposição se justifica no confronto com as novas medidas jurídico-ambientalistas governamentais para a região: ‘a nação agora impediu’, ‘tudo em nome do meio ambiente’, ‘quando a consciência ecológica parece ter despertado’, ‘reconstruir mata nativa de cerrado’, ‘moralmente correta na nova ordem’.

No conjunto de quatro textos que constitui a sessão temática “Papel da Memória”, inserida em História e Linguística, uma publicação das Atas da Mesa Redonda “Linguagem e Sociedade”, realizada na Escola Normal Superior de Paris em abril de 1983, nos é apresentado o tema memória na relação entre língua e história, em que a memória, é vista “sob diferentes aspectos: lembrança ou reminiscência, memória social ou coletiva, memória institucional, memória mitológica, memória registrada, memória do historiador. Atravessando os artigos, a questão: o que é produzir memória? Como a memória se institui, é regulada, provada, conservada, ou é rompida, descolada, restabelecida? De que modo os acontecimentos históricos, mediáticos, culturais – são inscritos ou não na memória, como eles são absorvidos por ela ou produzem nela uma ruptura?”

Como resultado dessas discussões, salientamos o seguinte comentário de Pêcheux (1990:56),

3ACHARD, Pierre. “Papel da Memória” tradução e introdução José Horta Nunes, Campinas, SP, Pontes, 1999.

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização...Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.

Orlandi (1999:31), pensando a memória na relação com o discurso, a denomina de interdiscurso, em que a autora o define como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Ou seja, é o que Orlandi chama de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a formado pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

No discurso dos habitantes da faixa de transição, as propostas desenvolvimentistas para a Amazônia que na década de setenta deslocaram com propagandas de incentivo migrantes, principalmente da região sul do país e os levaram a buscar terras mais baratas para expansão agrícola, a desbravar o cerrado e garantir fronteiras, continuam significando e configuram uma memória discursiva que por filiações de sentido se vai historicizando, marcada pelas relações de poder no confronto com o discurso jurídico-ambientalista governamental.

É fundamental para se compreender o funcionamento do discurso e a sua relação com os sujeitos e com a ideologia o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade de todo dizer. A observação nos permite remeter o discurso encontrado na faixa de transição a uma filiação de dizeres, a uma memória e a identificá-lo em sua historicidade mostrando seus compromissos políticos e ideológicos, traduzidos em sentimentos de injustiça e interdição.

Como no recorte já apresentado:

(...) se tem uma limitação qualquer que era 80%, passou para 50% e caiu para 20%, facinho de aparecer aí um boca de burro que de repente fala que não pode desmatar mais nada(...) então eu comprei uma terra aqui há vinte anos atrás para investir na Amazônia e eu chego aqui e a terra não serve prá mais nada, é prá reserva.

(Agricultor, entrevista realizada em 04 de fevereiro de 1999)

“De repente fala que não pode desmatar mais nada”. Esta sequência discursiva vem carregada de sentidos, em que ‘de repente’ traduz a insegurança, a incerteza em

relação a um futuro vividas nas constantes alterações da lei através de medidas provisórias como vemos em: ‘era 80%, passou para 50% e caiu para 20%’.

‘De repente’, neste caso, significa ‘a qualquer momento’ as leis podem alteradas, não existem garantias.

Em ‘não pode desmatar’ esses habitantes, discursivamente, se sentem excluídos de uma situação de desenvolvimento, pois desenvolvimento é o pré-construído do agricultor que está posto na formulação ‘desmatar para plantar’. Se o desmate não é permitido, não se tem como plantar, não se produz, não se trabalha.

‘Mais nada’ remete a um vazio. Se o agricultor, o madeireiro, o pecuarista não pode desmatar, não vê alternativas para o desenvolvimento no qual estava inserido. Na memória discursiva destes habitantes, desenvolvimento está relacionado a desbravar: – desbravar o sertão – desbravar o cerrado – desbravar a floresta, desmatar, plantar, ganhar dinheiro, investir, enfim, a uma política liberal que se estrutura no trabalho.

Em ‘a terra não serve prá mais nada, é prá reserva’, vemos uma intercambiabilidade entre ‘nada’ e ‘reserva’. Preservar a mata para os habitantes desta região significa excluir a utilização da terra – ‘não serve prá mais nada’ – excluir os habitantes dessa relação, excluir o trabalho, algo inaceitável no interior de nossa organização liberal-capitalista.

Para Pêcheux (1997: 164), o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o mundo das coisas), ao passo que a articulação *constitui osujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*.

Plantar é o posto na formulação do agricultor/produtor. O pré-construído é o desenvolvimento com o trabalho de cada um. Essa é a política do liberalismo. Trabalhar para desenvolver.

Efeito de fecho

Em tempos de globalização, o discurso estatal nacional capitalista, em um jogo de relações de força entre discursos estatais internacionais, impõe uma fronteira discursiva de restrições estabelecendo o sentido do ‘aquele que não pode’ em oposição à ‘aquele que pode’.

A região política administrativamente denominada Amazônia Legal é distinguida em função de paradigmas de caráter ecológico ambiental, que influenciam a maneira como a própria sociedade se posiciona em relação a esta região, com os reflexos sociais, jurídicos, econômicos e organizacionais. Estes paradigmas ambientais são construídos em ambiente global, muitas vezes desconsiderando os paradigmas ambientais adotados na região, nem considerando a interpretação dos paradigmas ambientais globais pela sociedade local.

Esta pesquisa nos possibilita conhecer as características da sociedade em nossa região de interesse e que essa sociedade, que se apresenta com uma economia emergente, possa pensar o caminho das melhores práticas para a aliança entre desenvolvimento e sustentabilidade e possa estabelecer um programa permanente de discussão que vise pensar a conservação da biodiversidade local e o desenvolvimento sócio-econômico como questões muito mais abrangentes do que as tradicionais metas econômico-financeiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Achard, Pierre. 1999. *Papel da Memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes, Campinas, SP, Pontes.

Althusser, L. P. 1998. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal.

Courtine, J. J. 1997. A Rede de Formulações. In: *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Dominique Maingueneau, 3ª ed. Campinas/SP: Pontes.

EMBRAPA – 1994. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. In: *Manual de Diretrizes Ambientais para Investidores e Analistas de Projetos na Amazônia – SUDAM – Cobertura Vegetal da Amazônia Brasileira*, p.08.

Ferreira, Aurélio B. H. 2010. *Dicionário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2222p.

Foucault, Michel. 1997. A arqueologia do saber. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª edição, RJ : Ed. Forense Universitária. p. 259

Guimarães, Eduardo. 1995. *Os Limites do Sentido: um Estudo Histórico Enunciativo da Linguagem*. Campinas, SP: Pontes.

Henry, Paul. 1997. A História não Existe? In: *Gestos de Leitura*. EniOrlandi(Org.) UNICAMP: Campinas.

Orlandi, Eni. 1999. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. São Paulo: Pontes.

_____. 1999^a. *Do Sujeito na História e no Simbólico*. In: Escritos n.º 04, Laboratório de Estudos Urbanos – NUDECRI – Editora da UNICAMP.

_____. 1996. *Interpretação; Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis/RJ: Vozes.

Oliveira, A. U. 1991. *Integrar para não Entregar: Políticas Públicas e Amazônia*. 2^a ed., Campinas/SP: Papyrus.

Pêcheux, Michel. 1997. *A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas* (1975). In: *Por Uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à obra de Michel Pêcheux*. F Gadet e T. Hak (orgs.), 3^a ed. Editora da UNICAMP.

Pêcheux, Michel. 1990. *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*. In: LABEURB, *Em Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, (19): 7-24, jul/dez.

MEMÓRIA E HISTÓRIA NA MÍDIA: A IMAGEM DE DILMA ROUSSEFF NAS ELEIÇÕES DE 2014 NO BRASIL

Edjane Gomes de ASSIS¹

RESUMO

A campanha presidencial de 2014 no Brasil foi considerada uma das mais efervescentes do cenário político. O primeiro turno foi marcado pelo grave acidente aéreo que vitimou o presidenciável Eduardo Campos; Já o segundo turno compreendeu as discussões calorosas que polemizaram a vida pública e pessoal dos candidatos envolvidos. Mas, dentre tantos embates vivenciados nesta “festa da democracia”, o que nos chama atenção é a movência de sentidos articulada na imagem dos presidenciáveis que lideravam as pesquisas - Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). Entendido como o representante da elite, Aécio ressurgiu como o discurso da mudança e o conservador da família patriarcal, em detrimento da candidata oponente que figurativiza os ideais dos menos favorecidos; sua imagem vem revestida por várias nuances do dizer. Na esteira do fazer epistemológico articulado pela Análise do Discurso, sobretudo firmados nos conceitos de Foucault (2005; 2009), Courtine (1999), Burke (1992; 2000), dentre outros, nosso artigo objetiva analisar os movimentos de sentido que circularam no jornal *Folha de São Paulo* e algumas redes sociais, acerca da imagem da candidata Dilma Rousseff. Veremos como se dá o processo de rememoração instaurado na história do tempo presente. Embora em alguns lugares Dilma ressurgisse como a personificação do mal, em outro momento sua imagem de militância parece “ignorar” o tempo para reafirmar a figura da jovem estudante, vítima dos mecanismos de vigilância e punição característicos de um regime totalitário – os anos de chumbo da ditadura militar do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, história, memória, eleições.

1. Introdução

A história da política no Brasil sempre gerou profundas discussões que cultivam em sua gênese a complexa relação com a ética. Desde a época do Brasil-Colônia, casos de corrupção, dentre outros aspectos que transgridam a conduta daquele que deveria

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV). Rua Antônio Miguel Duarte – 301. Bancários, João Pessoa – PB. CEP.: 58051-125. Brasil. edjaneassis@yahoo.com.br

cuidar do povo (o representante legal), em pleno regime democrático, são comumente questionados e alimentam a descrença dos eleitores atuais cada mais situados com as notícias advindas de diferentes fontes de informação. Mas tudo adquire um maior relevo quando estas discussões são polemizadas no cenário de uma campanha presidencial.

O pleito de 2014 no Brasil e o processo de polemização provocada por questões político-partidárias confirmam que ainda não conseguimos resolver questões de séculos passados (corrupção, desigualdade social, racismo, preconceito os mais diversos), mas continuam vivas em pleno século XXI. Falamos, pois, das materialidades discursivas surgidas no campo midiático durante a campanha e após o resultado da vitória de Dilma Rousseff para presidência. Enunciados preconceituosos que enxergam uma região do país de modo excludente (a região nordeste, por exemplo) como proferidos nas redes sociais, mostraram que o Brasil é cortado e entrecortado não somente por critérios geográficos ou econômicos, mas, sobretudo, por relações de poder e seus regimes de verdade que entram no jogo discursivo quando são recuperadas diante do processo de rememoração.

A história e a memória aparecem neste acontecimento eleitoral; e a mídia, enquanto guardiã de uma história imediata por documentar o tempo presente, se encarrega de ratificar os discursos e emoldurá-los mediante seus regimes de verdade. Nosso artigo traz uma análise sobre os mecanismos disciplinares da mídia nas eleições presidenciais de 2014 no Brasil. Verificamos como o jornal *Folha de São Paulo* apresenta a imagem dos candidatos à eleição, dentre os quais destacamos os mais votados (Dilma Rousseff e Aécio Neves). Investigamos como os candidatos, e mais especificamente, a candidata Dilma Rousseff, reaparece nas redes sociais, em pontos dispersos na raridade e acúmulo dos enunciados. Na esteira do novo fazer epistemológico da Análise do discurso, quando os textos são vistos na perspectiva de uma semiologia histórica, focalizamos nossas lentes para a campanha do segundo turno quando detectamos que a imagem dos dois candidatos engendra dizeres outros, que mesmo aparentemente emudecidos, produzem sons ensurdecedores.

Se em uma perspectiva temos a mídia com suas estratégias para garantir a verdade, materializando o discurso da prestação de serviços e apresentando o perfil dos candidatos para contar uma história a partir de um ângulo já estabelecido, em outra perspectiva, temos o discurso das ruas, a polemização do acontecimento (eleições), através dos eleitores de ambos candidatos. É quando a Dilma, até então presidente da República e que está pleiteando a reeleição, adquire outras identidades diante do

processo de temporalidade. Reaparece a jovem de 19 anos, militante, e em outro momento, a mãe e avó, a mulher guerreira que venceu o câncer. A cadeia enunciativa da narrativa histórico-midiática produz um efeito de sentido no (e)leitor de que a tradição e a memória devem reacender o espírito do nacionalismo. Já o candidato Aécio aparece como o neto do emblemático Tancredo Neves - seus ideais progressistas e visionários ratificam o discurso da mudança e correspondem aos interesses da fatia da sociedade que quer a tão sonhada transformação, mas sempre mantendo a tradição.

Para uma melhor sistematização da análise o artigo está dividido em três momentos que se coadunam: Primeiramente no tópico *Entre História e jornalismo: processos de rememoração do (re)dizer*, discutiremos os procedimentos disciplinares da mídia e seu entrecruzamento com o discurso da história. Comparamos a intrínseca relação entre jornalismo e história e os sentidos que se metamorfoseiam no recontar do acontecimento. Sabendo que, quem conta, conta sempre a partir de um lugar e posição determinada na instância social, insistimos em mostrar que na dispersão e irregularidade dos discursos, os jornalistas (historiadores do instante), cultivam graus de similitudes como os historiadores tradicionais. Em seguida, no tópico *Dilma Valente, Dilma Presidente: efeitos de representação*, veremos como o jornal *Folha de São Paulo* online (ed. 1º de Setembro de 2014) ao apresentar a ficha dos candidatos, evidenciando os dados pessoais e declaração de bens, instaura efeitos de verdade, agindo enquanto guardiã da sociedade, uma espécie de panóptico capaz de assegurar os interesses dos eleitores brasileiros. Discutiremos o processo de metamorfose da identidade de Dilma em pontos demarcados no tempo – no (re)contar da história nacional. A volta da jovem militante funciona para cristalizar o discurso da luta e serve como reafirmação da imagem de uma candidata que conserva o espírito aguerrido e destemido – aquela que não foge à luta. Os dizeres permitem/garantem a credibilidade e seriedade política.

2. Entre história e jornalismo: processos de rememoração no (re)dizer

Durante longos anos vemos que a história se fez presente em nossa vida em suas mais diferentes formas. Ela está nos livros, está na memória dos sujeitos sociais, está nas frestas dos discursos e está também no silêncio. Narrar os fatos do passado e levar ao conhecimento da sociedade momentos que ficaram imortalizados no decorrer do

tempo (como a narrativa das grandes batalhas, formação de nações, conquista de reinos), sempre intrigou os críticos quanto aos critérios de seleção dos episódios. De que lugar fala o historiador? Como os enunciados ocupam uma função enunciativa? Que critérios são escolhidos no momento de (re)contar os fatos?

As críticas quanto ao fazer historiográfico sugerem um minucioso processo de investigação que tenta dar conta de elementos diretamente envolvidos no manuseio da verdade; objetivam ouvir outras vozes silenciadas, mas ocupam (ou deveriam ocupar), lugares significativos e determinantes na produção dos acontecimentos históricos que se transformam em acontecimentos discursivos. Segundo Veyne (2008, p.117), a história tem como função “fazer compreender e contar como as coisas se passaram.” Desde a Antiguidade já existia uma preocupação em tornar a história uma ciência, em que historiadores e filósofos objetivavam “definir as leis da história”. Para tanto, surgiram algumas tentativas - que mais tarde foram contestadas - como o *providencialismo*, e o próprio *materialismo histórico*.

Com o amadurecimento de um pensamento crítico que contribuiu para o surgimento de novas teorias, percebe-se outra forma de fazer história. Para Burke (2000), a função do historiador era ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos quando escritos para proveito dos autores para lhes proporcionar fama, e também para proveito da posteridade, para aprender com o exemplo deles. Contar os fatos passados significa(va) cultuar alguns sujeitos em detrimento de outros que deveriam ser emudecidos, silenciados, mesmo que foram partícipes dos chamados grandes acontecimentos.

Firmados em estabelecer uma nova perspectiva que se volta para a história dos pequenos eventos e dos “pequenos” sujeitos, em oposição aos ideais da Escola Positivista francesa e tomados pela efervescência de pensamentos e discussões acerca das questões genealógicas, Marc Bloch e Lucien Febvre criam a *Revista Les Annales d' Histoire Économique et Sociale* em 1929, inaugurando uma “Revolução Francesa Historiográfica”. Desde o Iluminismo é de conhecimento a existência de contestações sobre o fazer historiográfico, mas com os *Annales*, mais especificamente, no período entre guerras, a História aparece como uma disciplina de *status* entre as outras disciplinas, principalmente porque este clima de guerra² – a Segunda Guerra Mundial -

2 Segundo Foucault (2005), a guerra é a continuidade do poder por outros meios.

fez parte daquele contexto, até mesmo da própria existência de seus fundadores. Um exemplo claro foi a morte de Marc Boch em 1944, fuzilado pelos nazistas.

Na década de sessenta, a revista *Annales* recebe uma reformulação e a crítica contra o método tradicional historiográfico feito pela academia, ganha maiores nervuras com personalidades, como: Fernand Braudel, Le Goff, Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros. Os estudiosos constituem a terceira fase dos *Annales* conhecida como a *Nova História*. Braudel destaca-se com a tese *O Mediterrâneo*³ em que trata de estudar aquela região, observando os aspectos econômicos, sociais e políticos. Vê a influência do ambiente no homem e descreve, de forma poética, as peculiaridades do mar sempre as relacionando com o acontecimento e o fazer histórico. De acordo com Burguière (apud Le Goff, 2005, p.30), os *Annales* assumem a seguinte posição:

A posição dos *Annales* veicula, (...), certo populismo: é preciso conceder direito de cidadania à história dos humildes, ao lado da história dos poderosos; o obscuro camponês que melhora a técnica do *essartage* no âmbito de um sistema de gestos herdados e de uma paisagem aparentemente imóvel é um agente histórico tão importante quanto um general que ganha uma batalha. No entanto mais profundamente, ela se baseia numa concepção multidimensional da realidade social, tendo cada dimensão, ou antes, cada nível, vocação ao mesmo tempo para esboçar sua própria história e para encontrar um modo de articulação com os outros, a fim de construir o movimento de uma sociedade.

Os *Annales* compreendem um outro processo de reestruturação do pensamento historiográfico. Estabelece uma tendência, até então silenciada por um fazer tradicional, que contava uma história vista de cima, um caráter puramente dominante naquela conjuntura. Para Burke (1992, p.10), “a nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional, aquele termo útil, embora preciso, posto em circulação pelo historiador de ciência americano Thomas Kuhn”. Foucault faz também uma crítica ao discurso do historiador tradicional:

Parece-me que se pode compreender o discurso do historiador como uma espécie de cerimônia, falada ou escrita, que deve produzir na realidade uma justificação do poder e, ao mesmo tempo, um fortalecimento desse poder. (...) Duplo papel: de uma parte, ao narrar a história, a história dos reis, dos

³*O Mediterrâneo* já parte da perspectiva de que a história não deve se resumir a apenas um ponto específico. Mas, tudo o que está correlacionado às estruturas, a uma história das ideias, é indispensável ao processo historiográfico. Desse modo, Braudel procura instaurar múltiplos olhares, ao resgatar a memória e compreender os sentidos inseridos nas peculiaridades daquela região.

poderosos (...) trata-se de vincular juridicamente os homens ao poder mediante a continuidade da lei. (...) De outra parte, trata-se também de fasciná-lo pela intensidade, apenas suportável, da glória, de seus exemplos e de suas façanhas. (FOUCAULT, 2005, p.76).

Os estudos de Foucault acerca das rupturas com o fazer tradicional historiográfico estão alicerçados em conceitos fundamentais que irão nortear sua análise. Dentre os vários conceitos estudados na teoria foucaultiana e que servirão de suporte para impulsionar a reflexão sobre o discurso e a história, há a problematização da noção de poder e a forma disciplinar que regula o dizer.

A história produzida ao longo do tempo nos direciona para um conceito fundamental no pensamento de Foucault - a noção de *arquivo*. Considerar o *arquivo*, segundo Foucault (2004), não é considerar o *documento*, mas tomá-lo como *monumento* através de um *arché*, um fazer arqueológico. O arquivo funciona como um traço de existência é, pois, lugar da dispersão, da descontinuidade do dizer; está ligado ao “sistema de sua enunciabilidade” e ao “sistema de seu funcionamento”. Afirma Foucault (2004) que o *arquivo* não é capaz de armazenar toda uma cultura da sociedade, nem tampouco descrever todos os aspectos que constituem uma determinada civilização, mas ele se dá através dos fragmentos, da dispersão dos objetos que conduzem os saberes. Ele não é “descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade”. (FOUCAULT, 2004, p. 148).

Os estudos de Foucault e demais teóricos da AD consideram que os enunciados são carregados de sentidos, são povoados de elementos e dizeres. Estamos diante não mais de enunciados isolados, mas de uma função enunciativa diretamente relacionada às condições sócio-históricas que determinam o dizer dos sujeitos. É o que faz com que cada frase, cada proposição, cada dito, seja pronunciado segundo as condições possíveis de sua existência. O que está em jogo não é aquilo que é dito, mas como é dito e as condições em que é produzido. É, enfim, a função que esse enunciado ocupa na cadeia discursiva. Nos pressupostos da AD, o enunciado deve ser tratado sempre relacionado aos outros enunciados, num espaço direcionado para aspectos discursivos revestidos de sentido. Os signos, portanto, só têm sentido mediante os outros signos que são colocados no jogo de sua relação.

Desse modo, tudo o que proferimos, como o próprio dizer do jornalista, por exemplo, está submetido a uma função enunciativa; um correlato de objetos, de elementos que constituem os dizeres, que marcam e demarcam o discurso e dialogam

entre si para construir verdades. Sabendo que os enunciados são agrupados obedecendo uma ordem, entendemos que o dizer do jornalista cultiva características do fazer historiográfico tradicional. O jornalista atua mediante formas de representação que produz sentido no imaginário social. Ambos, historiador e jornalista, enquanto sujeitos que cumprem uma função autoria, manuseiam o discurso, agindo na temporalidade e para isto, utilizam estratégias para produzir verdades (efeitos de representação) em busca de dialogar diretamente com o público, mais especificamente para ganhar sua confiança.

Em *As Palavras e as Coisas* (2002), ao estudar as similitudes, Foucault defende que os enunciados não passam de um jogo de representação:

Nenhum signo surge, nenhuma fala se enuncia, nenhuma palavra ou nenhuma proposição jamais visa a algum conteúdo senão pelo jogo de uma representação que se põe à distância de si, se desdobra e se reflete numa outra representação que lhe é equivalente. (FOUCAULT, 2002, p.108).

Sendo resultado de uma construção e representação, a memória manuseada no (re)contar dos acontecimentos se move a todo instante, configura-se como um produto de uma montagem, nas mãos de historiadores e jornalistas, quando trazem elementos do passado, para significar o presente no instante midiático e construir, deste modo, uma história do tempo presente. No fazer historiográfico, é na e pela memória que a história vai sendo resgatada, reconstruída em outro momento, outro lugar. E, conforme os pressupostos da AD, esse devir da memória é o que faz com que as coisas ditas, os acontecimentos, apareçam de um modo dinâmico e dependente. Dependente dos lugares, da contextualização, das condições em que essa história foi e é produzida nas relações sociais, dependente, pois, da dinâmica dos acontecimentos. A memória é um discurso - é uma memória discursiva.

A memória discursiva é o elemento que faz com que os discursos sejam reconhecidos, retomados ou negados, e permite/promove um entrecruzar de vários discursos. Faz parte da historicidade do sujeito, de sua constituição. A toda formação discursiva está associada uma memória discursiva. É a memória discursiva que torna possível à formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. Ela permite, na rede das formações, o aparecimento de refutações, remissões, transformações de discursos historicamente construídos.

Tão fundamental para a história, tão fundamental para o jornalismo, a memória é constitutiva do dizer e fruto de uma tradição que se perpetua na instância discursiva. Os

jornalistas primam pela narrativa dos acontecimentos, contudo, entendemos que a memória já ressurgue antes da discursividade; nasce na própria formulação do pensamento. Ambos, historiadores e jornalistas, têm em comum relatar os acontecimentos do passado, retomam elementos, deslocam sentidos e reconstróem dizeres outros que são significantes para o processo da própria construção do presente.

É importante não confundir memória com história. Le Goff (2005, p.49) afirma que “a memória não é a história, mas um de seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica.” Mais globalizante, a história atua como uma operação intelectual e laica, utiliza análises e discurso crítico. É uma representação do passado. Já a memória está em evolução permanente. É mais individualizada, assim, há tantas memórias como grupos; enquanto que a história pertence a todos os grupos. A memória tem sua raiz no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no silêncio.

Memória e história sempre vão evocar o passado. Para Nora (1993, p.9), “a memória coletiva ou social não pode ser confundida com a história”. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. No discurso jornalístico temos uma história do tempo presente. A História do tempo presente constituiu um campo disciplinar na Europa após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, no bojo das propostas da Nova História. Instauram-se reflexões e questionamentos sobre a distância do historiador e seu objeto de estudo.

Neste contexto, era mais que emergente, contar o genocídio provocado pelos nazistas, pois se entendia que, antes de tudo, o historiador deve produzir sentidos, e trabalhar com a “verdade”. Muda-se então, a figura do historiador e a forma de fazer história, para um olhar social numa perspectiva de novas conjunturas e configurações. A narrativa de uma guerra recebe uma maior simbologia quando é dada uma maior focalização para as consequências em detrimento das causas. Não se deve estranhar então as inúmeras imagens do genocídio provocado por Hitler ou as cenas agonizantes das vítimas da guerra do Vietnã, pois a imagem também configura um discurso e funciona como um lugar de memória.

O “novo” da história é processado nos discursos da mídia com o aparecimento do passado materializado nas imagens, que funcionam como operadores de memória. As fotografias, as manipulações dos objetos, enfim todo um aparato de que o jornalista

dispõe, funcionam como um conjunto de recursos para construir esta história imediata. Ao mesmo tempo, tais objetos não apenas resgatam a história, mas sevem para oficializá-la, preservando a neutralidade e legitimidade do dizer. As imagens, juntamente com os textos verbais, são arquivadas e utilizadas pelos sujeitos-jornalistas sempre que for necessário, conforme suas necessidades e o jogo estabelecido no ambiente da notícia.

É neste ponto em que jornalistas e historiadores ocupam uma função autoria: quando selecionam, segmentam, silenciam, elucidam e agrupam os enunciados dispersos para dar consistência de unidade, fabricar verdades e produzir identidades. O discurso deve estar nas regras de um jogo; cada peça e sua posição na cadeia discursiva contribui para a multiplicidade de sentido. É a fórmula/estratégia encontrada pela *Folha de São Paulo* de 1º de Setembro de 2014 para narrar a campanha eleitoral para Presidência da República. Para isto, se utiliza de recursos tecnológicos, típicos da era contemporânea, para se subjetivar como um lugar de memória quando apresenta o rosto dos candidatos juntamente com sua ficha pessoal a fim de prestar serviços à sociedade.

Vejamos como a história e memória voltam no dizer do jornal e como o veículo promove identidades no imaginário de seu (e)leitor. Algumas questões embasam nosso pensamento neste primeiro momento: Como o jornal, assumindo o papel de advogado das causas sociais, vai utilizar a imagem dos candidatos conforme o lugar que ocupa na instância midiática? Como a memória é manuseada para (re)produzir as identidades dos candidatos? E enfim, que procedimentos utilizados pelo historiador tradicional são reproduzidos pelo historiador do instante ao utilizar novos procedimentos de interação social promovidos pela tecnologia? As questões, embora não venham com respostas prontas, nos fazem refletir que o processo da leitura (seja de qualquer meio), nos exige um olhar discursivo frente ao que nos dizem todos os dias os meios de informação.

3. Dilma Valente, Dilma Presidente: efeitos de representação

Compromisso com a verdade e parceira com a sociedade são alguns dos princípios que devem vigorar nas empresas de informação. Na campanha presidencial de 2014 a imprensa brasileira (em plataformas distintas), atuou como um panoptismo modernovigiando os candidatos, quando promoveu debates e mostrou para o público

(e)leitor,o perfil dos candidatos e a apresentação de suas propostas. Firmada nestas premissas, a *Folha* do dia 1º de Setembro de 2014 ressurgiu com a apresentação dos principais candidatos à eleição: Aécio Neves (PSDB - 45), Dilma Rousseff (PT- 13), Eduardo Jorge (PV-43), Eymael (PSDC-27), Levy Fidelix (PRTB-28), Luciana Genro (PSOL – 50), Marina Silva (PSB-40), Mauro Iasi (PCB-21), Pastor Everaldo (PSC-20), Rui Costa Pimenta (PCO-29), Zé Maria (PSTU). A seleção e estratégia discursiva proposta pelo jornal evidenciam a instauração do discurso democrático, pois se espera mostrar para o leitor todos os candidatos inscritos, ignorando, pois, o ranking das pesquisas. Alguns candidatos apresentados não tiveram pontuação expressiva, nem foram ouvidos em debates organizados por alguns TVs abertas, mas ocupam um lugar no jornal e podem ser vistos e apresentados para o público.



Figura 1: Perfil dos candidatos
Fonte: Folha online. Especial eleições.

Como forma de aproximação com seu público o jornal produz uma estratégia de interatividade. Ao posicionar o mouse em cima de cada rosto do candidato, imediatamente aparecerá seu perfil (biografia), de modo que o (e) leitor possa conhecer, mediante os olhos do jornal, seu possível candidato. Atentamos para o fato de que o rosto das personagens/candidatos não aparecem totalmente, mas de perfil, ou seja, vemos apenas uma face, um lado da moeda, já que o jornal é somente ele, é quem vai se encarregar de mostrar o que ainda não sabemos e não vimos – seu perfil pessoal, sua vida financeira: dois critérios que irão desenhar, emoldurar o político, o principal líder do país. A questão aqui não está em quem é focalizado no jornal, mas como o discurso é entrecortado, que enunciados são escolhidos para emoldurar o perfil de cada candidato; como os recortes são feitos, como os sentidos são produzidos, ou seja, que mecanismos

e estratégias definem o perfil, a identidade dos sujeitos que se candidataram para o cargo máximo do país.

Além de permitir que o leitor conheça seu/sua possível candidato(a), o jornal ainda cria outro portal de acesso que o denomina de “promessômetro” – um link em que se pode conferir as promessas dos(as) candidatos(as); Há, ainda, o acesso direto ao twitter do(a) candidato(a); mais um recurso para auxiliar o leitor, sobretudo os indecisos. Com o apoio das novas tecnologias de informação que otimizam oportunizam modos diversos de interação, a *Folha* se subjetiva como um jornal moderno, atual, e se mantém viva no jogo competitivo do universo midiático.

Vejamos como o jornal focaliza suas lentes para traçar o perfil dos candidatos que lideram as pesquisas de opinião. Primeiramente temos a imagem de Aécio Neves (PSDB):

The image shows a screenshot of the 'Ficha do candidato' (Candidate Profile) page for Aécio Neves on the Folha website during the 2014 elections. The page is titled 'eleições 2014' and includes a navigation bar with links for 'APURAÇÃO COMPLETA', 'CANDIDATOS', 'PROPOSTAS', 'PROMESSOMETRO', 'DATAFOLHA', 'CALENDARIO', 'DEBATES', and 'COMO VOTAR'. Below the navigation bar, the page is titled 'Ficha do candidato' and lists various political positions: PRESIDENTE, GOVERNADOR, SENADOR, DEPUTADO FEDERAL, DEPUTADO ESTADUAL, and DEPUTADO DISTRITAL. A social media section shows a Twitter icon and a count of 331 followers. The main profile section for Aécio Neves includes a photo, his name, and the following details: NÚMERO 45, PARTIDO PSDB, VICE ALOYSIO NUNES FERREIRA, PARTIDO PSDB, and COLIGAÇÃO MUDA BRASIL, PARTIDOS PSDB / PMN / SD / DEM / PEN / PTN / PTB / PTC / PT do B. Below this, there are sections for 'dados pessoais' and 'declaração de bens'. The 'declaração de bens' section shows a total declared value of R\$ 2.503.521,81.

Figura 2: Perfil de Aécio Neves
Fonte: Folha online. Especial eleições.

Os regimes de verdade articulados no jornal estão materializados nos dados pessoais do candidato (sua filiação, estado civil, naturalidade, filiação partidária, dentre outros elementos que o periódico utiliza para filtrar o perfil do Aécio). É necessário, mediante tal articulação, voltar às origens e fortalecer a credibilidade do jornal. Cultiva, pois, uma forma de construção da transparência da linguagem – que é ratificada quando apresenta a declaração de bens do candidato (total de R\$ 2.503.521,81). Uma determinação feita para os candidatos, em cumprindo da legislação eleitoral, pois devem apresentar sua renda antes de entrar na disputa.

A biografia é entrecortada com os seguintes enunciados que foram devidamente organizados e agrupados no jornal:

Natural de Belo Horizonte, Aécio Neves da Cunha, 54, é filho de Inês Maria e de Aécio Cunha (advogado e parlamentar por mais de 30 anos) e neto do

presidente da República Tancredo Neves (1910-1985). Presidente nacional do PSDB desde 2013, Aécio é economista formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Ele deu seus primeiros passos na política aos 23 anos, como secretário particular de Tancredo, então governador de Minas Gerais. Em 1986, Aécio elegeu-se deputado federal pelo PMDB. Dois anos depois, o tucano se filiou ao PSDB e foi um dos parlamentares que participaram da elaboração da Constituição de 1988. Aécio reelegeu-se três vezes consecutivas para a Câmara dos Deputados. Foi presidente da Casa no biênio 2001/2002. Após sua passagem pela Câmara, foi eleito governador de Minas Gerais por dois mandatos, de 2003 a 2010. Em seguida, elegeu-se para o Senado. Aécio é casado com Leticia Weber, com quem teve os gêmeos Julia e Bernardo, nascidos em junho deste ano. Ele também é pai de Gabriela, fruto de seu primeiro casamento com a advogada Andréa Falcão⁴.

Os enunciados ocupam uma função enunciativa estrategicamente construída para firmar a imagem do candidato, pautada em relações familiares. Aqui, Aécio é neto, filho e pai. Os laços com a tradição devem emoldurar sua identidade. Assim, o leitor poderá se reconhecer nos valores cristalizados da sociedade judaico-cristã – o princípio da família. Sua vida política também é ratificada pelo discurso da tradição – Aécio é neto de Tancredo Neves – político emblemático do país que ganhou as eleições presidenciais, mas morreu no dia 21 de abril de 1985, e sendo mineiro, a história cultivada no imaginário social o elegeu como um mártir da Independência. Mesmo que o periódico se utilize de um discurso do novo, já que fala em um espaço virtual e vem como um link próprio sobre as eleições presidenciais, observamos a reprodução de discursos “velhos”, imortalizados ao longo do tempo na história tradicional. Volta a escrita de uma história de grandes, de tradições fixas, imutáveis, que devem se manter vivas no imaginário social – o candidato é confiável, pois sua filiação, seus antecessores contribuíram para o país, também conseguiram fazer/escrever a história.

Mas Aécio é também pai - e pai de gêmeos, um sujeito dócil, que conserva valores, e por isso, merece crédito. São discursos silenciados, mas atuam através de não ditos, quando são postos em uma relação de comparação com outros percursos discursivos no tratamento dos demais candidatos, mais especificamente quando analisamos as materialidades estrategicamente elaboradas para definir o perfil de sua principal candidata de oposição – Dilma Rousseff.

⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/eleicoes/candidatos/presidente/dilma-13.shtml>).

Vejamos como a história e memória editada pela *Folha* é utilizadas remodelar a imagem de Dilma nos anos de chumbo da ditadura militar:



Figura3: Perfil de Dilma Rousseff
Fonte: Folha online. Especial eleições.

Conforme fez na elaboração do perfil de Aécio Neves a *Folha* também apresenta a ficha da candidata Dilma Rousseff mostrando seus dados pessoais e declaração de bens (total de R\$ 1.750.695,64). Em sua biografia há um destaque para sua trajetória de militância, quando esteve presa pelo DOPS, na época da ditadura militar. Eis a seleção enunciativa elaborada pelo jornal:

Tinha 16 anos quando o golpe militar depôs o presidente João Goulart. Aderiu cedo à militância política e integrou grupos de combate à ditadura. Fez parte do Colina (Comando de Libertação Nacional), que se fundiu à VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), dando origem à VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares). Aos 19 anos, foi presa em São Paulo e levada às dependências da Operação Bandeirante, onde foi torturada. Transferida para Minas Gerais e, depois, para o Rio de Janeiro, cumpriu quase três anos de prisão. Ela foi solta em 1972. Posteriormente, pediu indenização aos três Estados. Pouco depois de ser libertada, mudou-se para Porto Alegre, onde se formou em economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fez campanha pela Anistia em 1979 e ajudou a fundar o PDT (Partido Democrático Trabalhista) no Rio Grande do Sul.⁵

A memória volta agora neste novo acontecimento – campanha eleitoral. Aparece a Dilma militante, combatente da ditadura militar e vítima das imposições dos mecanismos de vigilância e punição prescritos e previstas nas leis nacionais da época –

5 (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/eleicoes/candidatos/presidente/dilma-13.shtml>).

a tortura em suas mais distintas modalidades é apenas alguns destas imposições. E nas últimas linhas, ocupando uma função enunciativa significativa, a *Folha* evidencia a doença enfrentada por Dilma – o câncer linfático – o que gera também uma espécie de antagonismo entre a fragilidade humana e a força em lidar com os percalços da vida.

Em abril de 2009, Dilma anunciou que tinha câncer linfático. A doença foi tratada no hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, com sessões de quimioterapia. Em 2010, elegeu-se presidente da República, derrotando o tucano José Serra no segundo turno.⁶

A mídia, na versão do jornal *Folha de São Paulo*, produz sentido, ratifica dizeres, atua num devir da memória com seus regimes de verdade, vontades de verdade perante o público. É necessário voltar na história de cada candidato, conhecer suas ações no passado, sua atuação na sociedade brasileira, para que o leitor, movido por discursos cristalizados ao longo do tempo, seja capaz de conhecer e escolher seu candidato. Através do *a priori histórico*, o jornal seleciona seu dizer, segmenta a história, sistematiza cada momento para construir uma “nova” história e ocupa uma função social em advogar pelas causas da sociedade – contribuir para a escrita da história nacional.

O apagamento/silenciamento ou elucidação/evocação de um fato, ficam à critério do historiador do instante, pois ele conta a partir de um lugar e movido por critérios e ordens já determinadas na linha editorial do jornal. Assim, para aqueles eleitores que forem contrários à ditadura militar é mais fácil estabelecer um grau de proximidade com a candidata Dilma. Em contrapartida, os simpatizantes, que ainda defendem a ditadura e enxergam a militância como algo nocivo e danoso, irão se aproximar com as propostas do candidato Aécio Neves.

A *Folha de São Paulo*, embora narre uma história do tempo presente, reproduz uma história vista de cima, quando seleciona os grandes acontecimentos e segmenta, na irregularidade do dizer, enunciados povoados de outros enunciados. Voltam discursos moralizantes da sociedade brasileira: a conservação da família, a manutenção da tradição política - raízes que devem ser cultivadas e políticos que merecem ser lembrados nos lugares de memória. O historiador do instante, através do *a priori histórico*, recorre à vida militante de Dilma e sua participação como membro do Comando de Libertação Nacional – grupo de resistência à ditadura militar. No entanto,

6 (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/eleicoes/candidatos/presidente/dilma-13.shtml>).

silencia seu papel de mãe e avó; enquanto que na organização do dizer que traça o perfil de Aécio, ser pai de família é um aspecto primordial para o sentido que se pretende ratificar na atual conjuntura da campanha.

Dentre alguns aspectos que problematizam a narrativa dos fatos está a necessidade de comprovação e veracidade do que é dito. Para tanto, sobretudo na prática contemporânea, recorre-se ao recurso da imagem e mais especificamente à fotografia. No discurso jornalístico temos o fotojornalismo – uma área fundamental para a interpretação dos fatos e que dialoga diretamente com o leitor. Na mídia impressa as fotografias povoam as páginas de jornais e revistas e imprimem novos saberes no público. A imagem funciona como um recurso que promove a credibilidade do dizer.

Jean Jacques Courtine, ao estudar a imagem, utiliza o termo “intericonicidade”. Para o teórico, toda imagem se inscreve em uma cultura visual, e essa cultura supõe a existência de uma memória visual. Segundo Courtine, a intericonicidade é constituída de dupla face: uma imagem interna e uma imagem externa. As imagens são inscritas dentro de uma série de imagens, em interdiscursos que ressurgem na cadeia discursiva. Assim, estabelece-se todo um processo de inter-relação e interação, pois as imagens retomam uma memória e dialogam em pontos complexos. Os aspectos que tomam a imagem como um correlato de outras imagens são notáveis no discurso jornalístico.

As imagens utilizadas como legitimadoras de verdade no discurso jornalístico, fazem sentido porque permitem revisitar lugares outros, e discursos que, em um certo momento, parecem inertes num “sono profundo”, mas ocupam uma função enunciativa e resgatam/elucidam novos acontecimentos. Neste século em que predomina a cultura da imagem, observamos a ampla utilização da fotografia juntamente com todo um aparato verbo-visual que emoldura os dizeres. Conforme Vasques (2002, p.32):

Fotografar é sempre fazer história, seja a de nossas pequenas vidas, ou a das nações e dos grandes homens. Mas, em alguns momentos o fotógrafo tem mais nítida e precisa a certeza de estar “fazendo história” com seu trabalho, usando seu engenho e arte para documentar as mais formidáveis realizações de seus contemporâneos ou as avassaladoras tragédias que se abatem sobre eles.

Enquanto fazedora de história, a fotografia ratifica e testemunha o acontecimento discursivo e ocupa um lugar de memória. Mediante o fazer arqueogeneológico de Foucault a fotografia compreende um documento que se transforma em monumento. É o que acontece com a fotografia da jovem militante

Dilma, que ressurgiu mediante vários desdobramentos (nas redes sociais) e encontra-se situada na dispersão e irregularidade do dizer, em uma página emblemática da história do país – a época da ditadura militar. A imagem recupera o acontecimento do interrogatório de Dilma e sua ficha no DOPS. Dois momentos distintos que foram amplamente utilizados na primeira campanha de Dilma e na reeleição em 2014.



Figura. 4: Dilma Rousseff militante política, durante o interrogatório no início dos anos 70.

Fonte: Acervo do jornal O Globo.



Figura. 5: Foto da ficha de Dilma no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, registrada em janeiro de 1970. Fonte: wikipedia

Sentada com as mãos cruzadas e olhar distante focalizado para um ponto fixo, a jovem Dilma surge em um momento de vigilância e punição – interrogatório do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A fotografia congela o acontecimento que ressurgiu envolto de nuances do (re)dizer; Alguns objetos aparecem contraditórios quando o rosto de Dilma é evidenciado, enquanto que as faces dos sujeitos que a interrogam, são encobertos pelas suas próprias mãos. Ambos “escondem” seus rostos deixando transparecer que o foco está no encarcerado e não em quem o prendeu. São mecanismos de vigilância atuantes na ditadura militar ancorados pelo discurso da ordem.

A segunda imagem dialoga com a primeira quando traz projeção apenas do rosto de Dilma com uma nova identidade – a ficha do DOPS. Os arquivos de memória preservam o tempo e parecem ignorar a atualidade. Na irregularidade do dizer, as duas imagens reúnem elementos narrativos de uma página significativa do país, e paralelamente, recontam também a história dos sujeitos envolvidos neste cenário conturbado e que ainda gera profundas discussões nos dias atuais – a exemplo temos a

criação da Comissão da Verdade (organizada no governo Lula), com o objetivo de abrir os arquivos da ditadura e investigar os fatos silenciados ao longo do tempo.

O recurso da imagem que identifica Dilma como militante em atitude de ruptura e resistência mesmo detida pelo DOPS, reaparece em movimentos discursivos, em deslizamentos de sentido quando são utilizadas na campanha de 2014, tanto para os partidários do PT, como para os partidos de oposição, polemizando assim, o acontecimento. Enquanto para os primeiros a jovem militante é revestida de coragem e compromisso com a democracia e a liberdade de expressão, para os partidários do PSDB, o principal partido de oposição, o retrato de sua militância comprova a rebeldia e a desordem, o terror da esquerda comunista – volta o vermelho incendiário que promove a violência e estimula a revolta. Vejamos como estes discursos se materializam no material de campanha partidária proposto pelas duas formações discursivas – PT e PSDB.



Figura.6: Imagem de campanha da Dilma.

Fonte: <http://www.blogdilmabr.com/e-dilma-na-cabecae-na-camiseta-em-todo-o-brasil/>

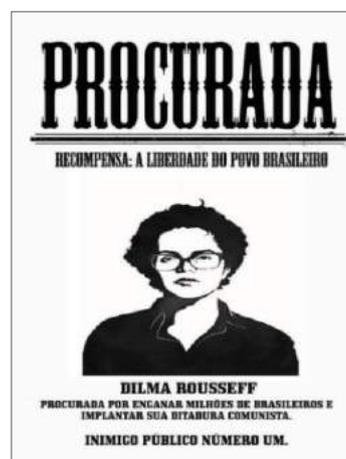


Figura.7: Imagem de Dilma vista pela oposição.

Fonte: <http://consciencia.blog.br/2014/05/60-perolas-de-paginas-de-direita-no-facebook-12.html>

As imagens compreendem reflexos de uma representação, uma reconstrução do real. Temos a associação de uma cadeia de significados que fixam nossa memória e incorporam outros elementos, recuperam e redimensionam outros sentidos. Conforme Foucault,

Por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos

descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem. (FOUCAULT, 2002, p.12).

As duas imagens apresentam formações discursivas determinantes na campanha de 2014. A primeira se move na temporalidade – no exercício de ir e vir que se empenha em resgatar o passado de Dilma a partir de duas identidades: A jovem militante e a presidente do país. Sua identidade aparece revestida de um mito, aquela que se sacrificou pela nação e dedicou sua vida em defender os interesses nacionais – ela lutou e sofreu pelo país.

O segundo momento revela o grau de similitude com a fotografia da ficha de Dilma no DOPS, mas agora sustentando o discurso da contradição – A figura de mulher guerreira/valente é considerada pelos opositores de Dilma como uma transgressora e rebelde, predomina um caráter de negatividade. A heroína aparece como uma “fora da lei”, pois o cartaz da campanha pró-Aécio, reproduz os anúncios de procurados com direito à recompensa para quem a encontrar, mas aqui tal recompensa não seria dinheiro, mas “a liberdade do povo brasileiro”. Seu delito: “Enganar milhões de brasileiros e implantar sua ditadura comunista”. São discursos defendidos pelos partidários da direita, mais precisamente pelo PSDB, e que foram utilizados para sustentar o pedido de impeachment aclamado nos protestos das ruas organizados desde o resultado do segundo turno.

Cada imagem de Dilma é localizada em pontos distintos e estratégicos e vem manuseada por sujeitos heterogêneos, dispersos e descontínuos. Cada um carrega suas vontades e regimes de verdade, produz uma pluralidade de sentidos. A identidade de Dilma reaparece em deslocamentos na dinamicidade dos acontecimentos, na efervescência das discussões partidárias. Para o estudioso Bauman (2005, p.19) “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas.”

Embora já tenha passado décadas, o período da ditadura militar ressurgiu numa estratégia de rememoração. A memória e história é resgatada através da relação verbo-visual. A intrínseca sincronia entre linguagem e imagem amplia o espaço para um exercício de interpretação.

As fotografias de Dilma utilizadas em constante deslocamento e simulacros do dizer servem para escrever a história e promover a credibilidade da narrativa. Se em um momento ela sugere a total resistência e enfrentamento diante de um regime totalitário,

em outro momento, para outros sujeitos, as imagens reafirmam o dizer de que a justiça foi feita e a ordem voltou. Semelhante aos procedimentos de punição do século XVI, estudado por Foucault, e mais contundente na época da ditadura, Dilma (presa, com o olhar fixo, em um interrogatório) é utilizada como um exemplo de punição – seu corpo está preso, enclausurado, incapaz de comentar algum delito.

Os movimentos de representação entre o texto elaborado para o perfil de Dilma e suas imagens em vários momentos lidam com a temporalidade e ignoram o passado. O poder está nesta microfísica do dizer que é silenciado, mas continua atuante no imaginário dos eleitores de ambas posições.

Analisar discursivamente os textos que circulam nas esferas midiáticas é não se conformar apenas com o percurso da informação, mas procurar entender como a mídia constrói saber, constitui poder, legitima verdades. A ditadura é recontada em diferentes versões, cada versão sustenta uma verdade, cada dizer retoma outros dizeres, cada discurso parte de pontos determinados/deslocados – quem conta esta história revela, nos deslizos do (re)dizer, posicionamentos que se contrapõem, mesmo que atuem no mesmo acontecimento discursivo e com os mesmos recursos – as fotografias que constam nos arquivos da ditadura e que se tornaram de domínio público.

4. Considerações finais

O processo de rememoração utilizado no jornal *Folha de São Paulo* engendra uma série de deslocamentos de sentido quando evidencia as identidades dos candidatos à presidência do país, mais especificamente quando projeta a imagem de Dilma Rousseff. A ditadura militar é revisitada para promover efeitos de sentido nos eleitores a fim de que estes possam se identificar com a história do(a) candidata. O passado se funde com o presente e constitui uma diversidade de interpretações – criam graus de positividade ou negatividade com a história da Dilma militante.

Empenhado com o discurso da neutralidade e objetividade do dizer e seu compromisso com a verdade e prestação de serviços, o jornal busca construir uma íntima relação com seu público, quando não apenas apresenta os candidatos, mas permite uma maior interatividade conseguida mediante a linguagem tecnológica. Contudo, embora representando um discurso do novo, do moderno, o período retoma as

características do fazer historiográfico tradicional quando reescreve o perfil de Aécio enquanto sujeito ético, com valores firmados e cristalizados da tradição política (imagem do político Tancredo Neves). Já o entrecorte da história de Dilma traz para o cenário midiático sua vida de militância, participante de um grupo de resistência – uma imagem que reaparece em outros lugares discursivos, nos cartazes e outros materiais de campanha.

Memória e história parecem ignorar o processo de temporalidade e se entrecruzam no discurso para reproduzir jogos identitários. A época da ditadura militar volta em pleno século XXI, em 2014, para revisitar a memória dos sujeitos contemporâneos e conhecer esta página envolta de silêncios e lacunas carente de respostas ainda não encontradas. Portanto, cabe ao analista do discurso entender que o sentido sempre pode ser outro e a história e a memória, reproduzidas no universo midiático, não passam de um processo de representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Arent, H. *Entre o passado e o futuro*. 4 ed. São Paulo, Perspectiva, 1997.

Bauman, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Burke, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4 ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2008.

_____. *A escrita da história: novas perspectivas*. (org.), São Paulo, Unesp, 1992.

Dubois, Philippe. *O ato fotográfico*. 12 ed. Campinas, Papyrus, 2009.

Foucault, Michel. *A ordem do discurso*. 6ed. São Paulo, Edições Loyola, 2000.

_____. *O que é um autor*. 3 ed. Vega: Passagens, 1992.

_____. *Arqueologia do saber*. 7 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.

_____. *Microfísica do poder*. 21ed, Rio de Janeiro, Edições Graal, 2005.

_____. *As palavras e as coisas*. 8 ed. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 2009.

Kossoy, Boris. *Fotografia e História*. 3 ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.

Le Goff, Jacques. A história nova. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

_____. História e memória. 5 ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 2003.

Nora, Pierre. Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

Vasquez, Pedro. Fotografia: reflexões e reflexões. São Paulo, Lpm, 2002.

Veyne, Paul. Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história. 4ed. Brasília, UnB, 2008.

Sites consultados:

<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/eleicoes/candidatos/presidente/dilma-13.shtml>)

<http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/de-militante-presidente-9664143>

<http://www.blogdilmabr.com/e-dilma-na-cabeca-e-na-camiseta-em-todo-o-brasil/>

[http://consciencia.blog.br/2014/05/60-perolas-de-paginas-de-direita-nofacebook-12.html](http://consciencia.blog.br/2014/05/60-perolas-de-paginas-de-direita-no-facebook-12.html)

https://pt.wikipedia.org/wiki/Dilma_Rousseff.

DA ORDEM DA LÍNGUA À ORDEM DO DISCURSO: A INTOLERÂNCIANO DISCURSO POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

Vanice SARGENTINI²⁰

RESUMO

Em pesquisas sobre o discurso político eleitoral, observamos uma intensificação dos confrontos nas redes sociais e nas circulações midiáticas. Se nos anos de 2002 e 2006 houve uma docilização do discurso político; nas eleições de 2010 e mais especificamente de 2014 emergiram fortemente expressões de confronto e intolerância. Isso nos leva às perguntas: - Quais foram as condições de emergência de um discurso de ódio fortalecer-se nas campanhas eleitorais? O brasileiro objetivado cordial, segundo Sérgio Buarque de Holanda, ou miscigenado, conforme Gilberto Freyre, divulgador da democracia racial, tornou-se intolerante? Buscaremos nas raízes históricas dessa questão que articula cordialidade/polidez e tolerância/ intolerância algumas respostas para compreender as mutações do discurso político e as condições de emergência de um discurso de ódio no período pré e pós-eleitoral presidencial no Brasil nas últimas eleições. Para tal analisaremos enunciados produzidos por candidatos e por manifestantes em protesto, a fim de acompanhar o funcionamento do dispositivo, conforme conceito de M. Foucault, de cordialidade/ polidez e (in)tolerância.

PALAVRAS-CHAVE: discurso político, cordialidade, polidez, intolerância, dispositivo.

1. Mutações no discurso político

Na atualidade, falar sobre o discurso político é uma tarefa no mínimo delicada. Todos são habilitados a falar, seja nos encontros, no supermercado, nas redes sociais, portanto, pode-se dizer que ele é intenso e ao mesmo tempo os dizeres são muito fugazes pelo fato de diariamente novos acontecimentos e estratégias agitarem o fazer político.

Em nossas pesquisas sobre o discurso político eleitoral (Sargentini, 2011, 2012), flagramos, por exemplo, nos anos de 2002 e 2006 uma forte docilização do discurso

20 UFSCar, Centro de Educação de Ciências Humanas, Departamento de Letras. End. Rodovia Washington Luís, Km 235. CEP: 13.565-905. São Carlos – SP, Brasil. E-mail: sargentini@uol.com.br

político. Era tempo do *Lula paz e amor* e ele nos mostrava, em sua campanha, mulheres grávidas, sorrindo e cantando e caminhando de mãos dadas, ou ainda atores negros, indígenas, brancos e orientais declamando Gilberto Freyre (poema *O outro Brasil que vem aí*). Eram tempos de docilização do discurso político. O olhar intransitável e provocador dos pleitos anteriores de Lula foram substituídos pelo sorriso seguro, pelo olhar indireto e complacente. A esperança venceu o medo e uma ‘certa paz’ reinou aos olhos do brasileiro e dos estrangeiros que viam o então presidente Lula até mesmo como ‘o cara’, para empregar uma expressão de Barak Obama.

Isso nos leva a perguntar: - **Quais foram as condições de emergência de um discurso de ódio fortalecer-se nas campanhas seguintes a respeito desse mesmo partido e dos políticos de forma geral? - O brasileiro cordial, segundo Sérgio Buarque de Holanda ou miscigenado, conforme Gilberto Freyre, divulgador da democracia racial, tornou-se intolerante?**

Buscaremos nas raízes históricas dessa questão que articula cordialidade-polidez e tolerância-intolerância algumas respostas para compreender as mutações do discurso político.

2. Cordialidade e intolerância em conflito

O psicanalista Christian Dunker (2014), em um artigo denominado *Intolerância e cordialidade nos modos de subjetivação no Brasil*, leva-nos a refletir sobre o fato de possivelmente considerarmos a ‘cordialidade’, atributo popularizado sobre o brasileiro, como um antídoto para a intolerância. Seria assim: se o brasileiro se caracteriza por aceitar o sincretismo cultural, logo isso conduziria a vê-lo como aquele que valoriza os processos de individualização liberal. Sob essa ótica a cordialidade é signo da cura para a intolerância que compreende o racismo, a xenofobia, a homofobia, o sexismo, o preconceito religioso, social ou político. Olhando para o quadro atual parece que nos equilibramos mal nesta balança entre cordialidade e (in)tolerância. Para Dunker (2014) é preciso desconstruir esse dispositivo discursivo (que sustenta o discurso ‘se somos cordiais, logo somos tolerantes’) “para que uma melhor concepção sobre a intolerância possa surgir” (2014, p. 17). Orientar-nos-emos por esses temas cordialidade/ polidez e

tolerância/ intolerância para analisar as mutações ou as imobilidades da produção dos enunciados políticos.

Seguindo a reflexão de Sérgio Buarque de Holanda, em *As raízes do Brasil* (1936), sobre a noção de ‘homem cordial’, atribuída ao brasileiro, em um contexto de nossos mitos fundadores, ele fala que:

“a contribuição brasileira para a civilização será a cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido de nosso caráter brasileiro, na medida, ao menos em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral de padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. (Holanda, 1996, p. 146)

O homem cordial expressa, então, sua cordialidade – supostamente um atributo que lhe seria natural, mas que é expresso pelo emprego da polidez, atributo ritualizado, apreendido.

Os regimes de polidez, compreendidos como um repertório de práticas que consistem na forma de expressão da fala, dos gestos, dos modos de se dirigir ao interlocutor, modificam-se em função da especificidade de diferentes regimes de polidez em distintos períodos. Para Dunker (2014, p. 28) “a cordialidade e a polidez são formas de articular o sentimento social de respeito”. Enquanto a polidez expressa um saber ritualizado apreendido expondo um processo de individualização, a cordialidade seria vista como uma característica espontânea no ‘homem cordial’.

A polidez está historicamente articulada ao processo discursivo de produção do discurso político. Em sua origem, a polidez, assim como a civilidade, tem sua raiz no termo *política*. Ser polido é ser civilizado e vice-versa. A polidez (que se desencadeia nos tratados de civilidade de Erasmo de Roterdã) historicamente é um valor de direita na medida em que ele é fonte para estabelecer distinções, seja de status social, de precedência ou de sapiência. É vista como um valor de direita se atribuirmos à esquerda os valores de igualdade que se pautariam no apagamento das formas de distinção.

Entretanto, na atualidade, as definições de esquerda e direita são mais complexas e isso nos faz levantar a hipótese de que a polidez, por um lado, contribui para tornar mais opacas as distinções entre os dois polos. Por outro lado, o aumento da violência no cotidiano, as críticas aos gestos de incivilidade, parecem ter tornado a polidez um valor consensual. Se a polidez era combatida por alguns, em especial os defensores das ideologias de esquerda, no início do século XX, por ser signo de galanteria,

maneirismos, salamaleques, formas de nada dizer, ao final do século XX e início do século XXI, a polidez torna-se um valor consensual, pois o campo da política parece não mais admitir a expressão da violência, seja na fala, na gestualidade, na imagem, além de valorizar os dizeres aceitos como politicamente corretos. Assim, emergem os discursos de combate à intolerância.

3. Dispositivo: cordialidade/ intolerância

Mas o que vimos ocorrer no pleito de 2014 e nas recentes manifestações é uma grande amostra da expressão de discursos de intolerância. Essas ocorrências parecem conduzir nossas reflexões para outra direção e isso exige escavar mais profundamente os traços discursivos da cordialidade. Se um deles, conforme dissemos, é a valorização incondicional do ‘estranho (estrangeiro – da cordialidade com o estrangeiro/ a tolerância com o pensamento do outro)’, um outro traço discursivo é o de se ver uma descontinuidade entre família e Estado. Um atravessamento constante que mescla relações de proximidade (emprego de diminutivos e palavras carinhosas, bem como o tratamento pelo prenome), com manutenção de autoridade.

Nos enunciados proferidos por políticos, essa distinção no trato está também inscrita cronologicamente. Atribui-se ao polêmico Jânio Quadros, quando era prefeito de São Paulo, a seguinte frase²¹:

“Intimidade gera aborrecimentos ou filhos. Como não quero aborrecimentos com a senhora, e muito menos filhos, trate-me por Senhor.”

- Quando interpelado por uma jornalista a respeito de sua opinião sobre os homossexuais e foi chamado de “você”.

Neste exemplo, a cordialidade é o signo da autoridade e as regras de polidez são o meio para a manutenção desse distanciamento. Intolerância com a jornalista e uma forma de contornar, de não dizer sobre o tema ou estender sua intolerância sobre a homossexualidade é o que se pode extrair desse enunciado.

Já em exemplo de enunciado mais recente, podemos ver que a relação entre o político e o cidadão não é de ‘autoridade política’; as relações são de comportamentos próprios da esfera privada, da casa e não da esfera pública (da rua):

21 <http://advivo.com.br/comentario/re-os-50-anos-da-renuncia-de-janio-0>

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de batismo da Plataforma P-59 - Maragogipe/BA - 13/07/2012 às 14h45.

*Eu queria começar cumprimentando os funcionários da Petrobras, os... **Eu também te amo, fica tranquilo.** Os funcionários da Petrobras, os funcionários das empresas que construíram esta plataforma. [...]*

Finalmente, eu quero encerrar dizendo que eu tenho imensa confiança na capacidade do meu povo, do povo brasileiro, de enfrentar desafios e encontrar soluções. Nós somos um país jovem, mas, sobretudo, eu acho que nós somos um país de pessoas trabalhadoras e criativas, e somos também um país de pessoas alegres. Acho que essas nossas características são responsáveis pela capacidade que eu enxergo no Brasil, de ser um país que vai construir seu caminho, ao longo desse século XXI, e se transformar numa das maiores nações do mundo, porque, em primeiro lugar, vai olhar para o seu povo, para a sua população, para os seus brasileiros para as suas brasileiras.

Um abraço no coração e um beijo também.²²

A cordialidade não é uma cura para a intolerância, mas uma forma de complementação da intolerância. A cordialidade atua como um exercício da autoridade, que pode mover-se entre a complacência/ a tolerância e a intolerância, mas todos esses casos é o emprego da autoridade que está no comando.

Os generais agiam com cordialidade e completa intolerância, expressa na imposição do sofrimento físico. Os excessos parecem essenciais para a demonstração do poder, porque mostram quem pode administrar a tolerância. Por exemplo, os senhores de escravo, que podiam mandar perdoar, mandar surrar ou mandar matar, definiam o que fazer conforme sua conveniência. Essas decisões eram definidas pelas relações de poder e segundo Dunker (2014, p. 33), à luz da psicanálise, “pelo cálculo do gozo” que, dessa ação escolhida, esse senhor poderia extrair. Se ao ser tolerante ele consegue com isso extrair algum benefício, então é tolerante, isso quer dizer que se exerce a autoridade também pela tolerância.

O ex-presidente Fernando Collor tem pelo menos duas frases emblemáticas que simbolizavam o discurso próprio do seu governo: *Quero acabar com os marajás. Eu tenho o saco roxo.* A cordialidade era exercida na tolerância com os seus e a intolerância com os outros (os marajás). A reafirmação da virilidade também é uma forma de intolerância e atribuição de fragilidade àquele que não é viril.

22 <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-batismo-da-plataforma-p-59-maragogipe-ba>

A cordialidade no discurso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso era marcada, sobretudo, pela expressão da tolerância. Entretanto ser tolerante é ainda uma marca de autoridade porque expõe que não há concordância, mas há a superioridade da complacência. A afirmação seguinte é um exemplo: “*Sou cartesiano, mas com uma pitada de candomblé. Sou tolerante*”²³. E continuou em declarações recentes: “*Não é porque são pobres que apoiam o PT e Dilma, é porque são menos informados*”²⁴, diz *FHC*.

Vimos até aqui que o discurso político responde a uma prática discursiva determinada. Ela está assentada no dispositivo da cordialidade que é complementar da intolerância e não o seu avesso. Foucault nos diz que a arqueologia poderia nos fazer ver ‘uma certa maneira de falar’ para verificar como essa maneira de falar está inserida em um sistema de proibições e valores. A polidez pode ser uma forma de expressão da cordialidade, entretanto, a cordialidade também admite a expressão da dureza, da intolerância. Ela é proveniente de um sistema de clientelismo, se vale das relações privadas acima das relações públicas (a esfera pública é que se submete ao espaço privado e não o contrário).

Conforme Dunker, (2014), como não estabelecemos uma distinção clara entre o espaço público e o espaço privado,

nós sentimos uma desconfiança clara e sistemática frente a tudo que nos apareça como ideal coletivo, público e independente de interesses pessoais ou privados. As mudanças na política, justiça, polícia ou educação são interpretadas ambigualmente: como um sinal de prosperidade e como um indicativo de uma nova máscara para a forma tradicional de opressão.”(p. 34) Ele avalia, então, que a “cordialidade-polidez e tolerância-intolerância” formam, em conjunto, o que Foucault chamaria de um dispositivo.” (p. 35)

Para Dunker (2014) a ‘cordialidade-polidez’ e ‘tolerância-intolerância’ formam, em conjunto, o que Foucault (2001) chamaria de um dispositivo. Esse dispositivo ‘cordialidade-polidez’ e ‘tolerância-intolerância’ articula autoridade e poder. A cordialidade tem sua expressão na polidez, mas não é refém dessa se ela não responder aos seus interesses de expressão da autoridade. A polidez, sim, existe para supostamente separar os menos civilizados dos civilizados, mas para aqueles que reivindicam o lugar

23 Em entrevista à Folha/ UOL em 30/11/2011. <http://noticias.uol.com.br/direto-da-redacao/minuto-a-minuto/2011/12/08/folha-e-uol-sabatinam-o-ex-presidente-fernando-henrique-cardoso.jhtm>

24 Declaração dada aos blogueiros do UOL Josias de Souza e Mário Magalhães em 06/10/2014. <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/06/fhc-pt-cresceu-nos-grotoes-porque-tem-voto-dos-pobres-menos-informados.htm>

histórico de poder, que compreende o desmando e a intolerância, a polidez é dispensável.

Segundo Foucault (2014) o dispositivo comporta elementos heterogêneos e volta-se para analisar a natureza do laço que existe entre esses elementos. Na articulação desses discursos estrutura-se o programa de funcionamento de uma instituição ou mesmo deixa-se ver ou justifica-se uma prática que permanece muda ou secundária na sociedade. A distinção social articula-se à polidez, a força do protesto é o seu avesso. Foucault (2014) acrescenta ainda a esses dois pontos um terceiro que é o fato de o dispositivo ter uma ‘função estratégica dominante’ e responder a um duplo processo (de sobredeterminação funcional e de perpétuo preenchimento estratégico). Isso conduz-nos à observação de que o dispositivo cordialidade/polidez e (in) tolerância é uma forma de preenchimento estratégico do sujeito de autoridade. A análise foucaultiana explica-nos: se a princípio não era por uma astúcia estratégica que surgia a proposição de que os criminosos ficassem encarcerados, em um segundo momento por um processo de preenchimento estratégico o encarceramento capaz de concentrar a delinquência “passa a ser reutilizado para fins políticos e econômicos diversos” (Foucault, 2014, p. 46). Nos protestos, a manifestação é logo absorvida por um preenchimento estratégico conforme o interesse de um ou outro grupo.

A exposição do conceito de dispositivo conduz-nos a avaliar sua produtividade nas investigações que tomam o discurso nas suas condições de emergência e produção de práticas. Para Castro (2009, p. 117), “à medida que Foucault substitui a noção de episteme pela de dispositivo e, finalmente, pela de prática, a análise do discurso começará a entrelaçar-se cada vez mais com a análise do não discursivo (práticas em geral).”

4. A emergência da intolerância; alguns exemplos

Em recentes manifestações em várias cidades do Brasil, vimos muitos cartazes, atuando como porta-voz do sujeito do discurso, que expõem diversas formas de intolerância. Em diferentes graus, a intolerância marca-se tanto pela característica do enunciado – por exemplo, “Fora Corruptos” – uma frase curta, direta e acusativa, quanto pelas marcas complementares que neles podem vir marcadas: – **Fora corruPTos**–

enunciadono qual se apresenta em destaque a sigla do partido dos trabalhadores (PT), em vermelho, que é a cor do partido. Além desses, ainda outros enunciados com semelhante funcionamento autoritário e direto como - **Fora Dilma e leve o PT junto** - ocorreram. Um apelo à memória discursiva **também está marcado na frase seguinte - Sai fora Dillma e leve o PT junto** - na qual a duplicação da letra 'l', atualiza o movimento de impeachment do ex-presidente Collor, estendendo-o à presidenta Dilma Rousseff.

No deslizamento metafórico de sentidos, os enunciados passam da suposta tolerância à grave intolerância ideológica, expressa, por exemplo, por formas linguísticas que em contexto determinado funcionam como insulto: ***O Brasil não será uma nova Cuba. Não queremos que o Brasil vire uma Cuba. Dilma, vá para Cuba que te pariu.***

A intolerância sexista também ocupa as ruas em cartazes como: “Não deixe ela se safar! Nem quem a vaca tussa!” Ou simplesmente, “Dilma, sua vaca.”²⁵ Foram muitos os insultos expostos em cartazes ou vociferados em protestos de rua. Ao estudar essas ocorrências como parte de um dispositivo de cordialidade/ (in) tolerância, observamos que a voz coletiva dá acolhimento à voz da intolerância, enquanto nas relações interindividuais, a polidez atua como forma de estratégia para o exercício da autoridade.

Em um infográfico, publicado na Folha de São Paulo do dia 16/08/2015, nomeado *Brasil em crise e protestos contra Dilma Rousseff*, pudemos levantar e coletar um conjunto de frases referentes às opiniões de manifestantes entrevistados por jornalistas da Folha de São Paulo durante o protesto na Avenida Paulista em São Paulo. Reproduzimos a seguir algumas frases para que se possa verificar uma tal recorrência sintática em seu funcionamento:

- a) Se Dilma sair, o Temer não vai ser melhor, e pode até mesmo ser pior. Mas algo tem que acontecer no país. O PT democratizou a corrupção.
- b) PT, PMDB, PP, eles estão todos juntos, é tudo uma coisa só. Não sou contra partidos, mas há uma corrupção em todos eles, até no PSDB.
- c) Dilma não tem que sair porque ela foi eleita. Pior que o PT é o PSDB e o PMDB. Mas ela tem que parar de mentir e dizer que não sabia de nada do que ocorria na Petrobrás.

²⁵<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/03/08/e-preciso-coragem-para-chamar-uma-mulher-de-vaca-da-janela-do-predio/>

- d) Sou contra o impeachment porque acho que a Dilma foi eleita democraticamente pelo povo, mas ela não tem condição de governabilidade, ela até pode ficar para a história, mas espero quetenha a humildade de renunciar.

Essas frases foram ditas por participantes da passeata quando interpelados individualmente no local de protesto. Elas ilustram a recorrência de uma construção sintática presente em 18 respostas, dentre as 30 coletadas e publicadas no infográfico (Folha de São Paulo, 16/08/2015) e indicam (i) a presença de uma primeira oração ou parte da frase na qual está presente uma expressão de negação, seguida de (ii) uma segunda oração ou parte da frase introduzida pelo ‘mas’. Na primeira parte da frase, a partícula de negação expõe a sensibilidade e polidez do sujeito enunciador que apresenta um forma de preâmbulo para asseverar a segunda parte da frase, introduzida pelo ‘mas’ que desencadeia a proposição mais grave. Vimos nessas frases uma recorrência sintática que inscreve o sujeito enunciador no dispositivo da autoridade e intolerância, pois, de forma polida, cordial, complacente, ele se exclui na primeira parte da frase, pela negação da ação da qual participa e posteriormente, na segunda parte, de forma intolerante, ele afirma sua posição.

Algumas conclusões.

O sujeito enunciador das ruas, aquele que ergue cartaz porta-voz de seu discurso formula seu dizer no interior do dispositivo da intolerância, enquanto esse mesmo sujeito enunciador, ao ser interpelado nas ruas e expressar-se oralmente em resposta a um jornalista, vale-se de uma estrutura sintática que lhe confere polidez, a não dizer de modo direto, ao apresentar argumentos que lhe atribuam ponderação e certa complacência, ainda que em conclusão venha a garantir força ao seu último argumento, no caso o descrédito na política, no governo ou na presidenta.

Nesta circunstância de entrevistado, o sujeito enunciador não sente fragilizada sua posição, não sente ameaça à sua autoridade e por isso mantém a polidez e consequentemente seus traços de cordialidade. A nosso ver esses exemplos reafirmam como a cordialidade é uma questão de autoridade e a intolerância uma questão de poder. A ameaça da perda da autoridade autoriza a impolidez e faz emergir fortemente a

intolerância. Esses poucos exemplos ao qual fizemos referência, ainda que muito graves, são um exemplo diminuto do ódio e da intolerância que vivemos no país hoje. Nesse dispositivo cordialidade-polidez e tolerância e intolerância, esse sujeito ‘homem cordial’, investido da autoridade, tende a proteger seus espaços de atuação e é tolerante se ele tiver alguma vantagem com os sucessos do outro. Dunker (2014), na visada da psicanálise, dirá que esse sujeito é tolerante enquanto ele puder partilhar do gozo do outro, e por isso, nessa condição ele terá tolerância. Isso nos leva a compreender “a gênese de diversos sentimentos sociais alinhados à tolerância, como a piedade, a comiseração, a compaixão e, sobretudo, sentimentos de respeito indiferente.” (2014, p. 38).

Nesse dispositivo, a intolerância atua na delimitação de espaços, estabelece as fronteiras, os limites. O êxito do outro não está partilhado com o intolerante, e então ele passa a incomodar. Ao sentir que o outro passa a ter direito sobre um seu espaço, e que, portanto, passa a dividir com ele o seu universo de discursos, a intolerância emerge polidamente ou não. A intolerância é uma forma de resposta à ameaça do poder, ao temor de ver fragilizada a autoridade. E como o dispositivo responde a uma urgência e pode ser fonte de um preenchimento estratégico (Foucault, 2014), um jogo argumentativo forma-se em torno dessas relações de cordialidade, polidez e (in)tolerância.

Nossas questões iniciais somente podem ser respondidas com alguma inflexão e graus de ponderação. Vimos o discurso de ódio fortalecer-se nas campanhas eleitorais e também no período pós-eleitoral. Esse discurso assim se caracteriza porque abriga a intolerância que compreende o preconceito religioso, social ou político tão presentes nos exemplos analisados. Compreende também o sexismo no meio político, em especial em relação à mulher. Como verificamos a tolerância não é o signo da cordialidade, mas da articulação da autoridade e do poder e isso pode deslizar facilmente para a intolerância a ser observada tanto em expressões graves que circulam desinibidas na ordem do discurso como na recorrência de construções sintáticas presentes na ordem da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dunker, C. (2014) Intolerância e cordialidade nos modos de subjetivação no Brasil. In.: Fantini (org.) *Raízes da Intolerância*. São Carlos: EdUFSCar. p.17-42.

Foucault, M. (2001) Sobre a História da sexualidade. _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal. p. 243-276.

Foucault, M. (2014). O jogo de Michel Foucault. *In: Motta, M. B. da (org.) Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Ditos e Escritos IX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

Holanda, S.B. (1996) *Raízes do Brasil*. São Paulo; Cia da Letras.

Sargentini, V. M. O.(2011) Discurso e História em diferentes materialidades do discurso político. *In: FredaIndursky; Solange Mittmann; Maria Cristina Leandro Ferreira. (Org.). Memória e História na/ da Análise do discurso*. Campinas -SP: Mercado de Letras, p. 203-215.

Sargentini, V. M. O (2012) A Análise do Discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. *IN: GREGOLIN, M. R. V.; KOGAWA, J. M. M. Análise do Discurso e Semiologia: problematizações contemporâneas*. Araraquara: FCL–UNESP Lab. Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica.

O SUJEITO E A VERDADE EM O HOMEM DUPLICADO DE JOSÉ SARAMAGO

Karina Luiza de Freitas ASSUNÇÃO²⁶

RESUMO

O estudo que será apresentado tem como objetivo analisar a constituição da subjetividade do sujeito discursivo Tertuliano Máximo Afonso, personagem central do romance *O homem duplicado* (2008) de José Saramago e o funcionamento discursivo da verdade. Como fundamentação teórica pautaremos nos estudos de análise do discurso de linha francesa e nos estudos de Michel Foucault que tratam da constituição dos sujeitos e como as relações de poder/saber corroboram para a constituição de “verdades”. A partir desse aparato teórico podemos afirmar que os sujeitos são constituídos pela exterioridade e as verdades que os cercam são cambiantes e se repetem em muitos momentos históricos, entretanto, com sentidos díspares. Elas são tramas discursivas que apresentam sentidos que estão intrinsecamente relacionados com a história que permeia a produção do discurso. Os resultados apresentados apontam que Tertuliano assume outro lugar de verdade tendo em vista a historicidade que o permeia, ele não é mais o professor de história e sim o ator. Essa mudança em sua subjetividade vai se dando de forma lenta e gradual no decorrer da narrativa e culmina no momento em que Tertuliano atende o telefone e assume o papel de António Claro. Destacamos que as mudanças ocorridas na constituição de sua subjetividade e os sentidos emergidos são materializados através da língua, ou seja, ela é suporte para a produção discursiva.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; verdade; subjetividade; sujeito.

A linguagem escapa ao modo de ser do discurso __ ou seja, à dinastia da representação __ e o discurso literário se desenvolve a partir dele mesmo, formando uma rede em que cada ponto, distinto dos outros, a distância mesmo dos mais próximos, está situado em relação a todos em um espaço que ao mesmo tempo os abriga e os separa. A literatura [...] é a linguagem se colocando o mais longe possível dela mesma [...] uma dispersão do que um retorno dos signos sobre eles mesmos (FOUCAULT, 2001, p.221).

26 Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU e integrante do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultiano - LEDIF/UFU. Endereço: Rua Paulo Martins Goulart, 734, Alto Boa Vista, Frutal- Minas Gerais, Brasil, karinalfa@gmail.com.

Iniciando

Ao atentarmos para as “definições” apresentadas sobre como podemos compreender a literatura, deparamos com inúmeras, e observamos que algumas são divergentes, já outras se aproximam; mas, juntas, atestam a complexidade da literatura e revelam-na como um objeto caracterizado por indefinidos contornos. Dentre as definições a que tivemos acesso, destacamos os apontamentos arrolados por Michel Foucault em vários de seus textos, como o que mais nos desperta atenção, pela forma como correlaciona literatura e discurso. Elegemos uma delas como epígrafe para iniciar a presente tese, visto que Foucault nos mostra que compreender o discurso literário não é uma tarefa simples, uma vez que a linguagem empregada nele rompe com a linguagem utilizada no cotidiano, ganha a liberdade de seguir por caminhos transgressores, dispersos e infinitos. São discursos que conduzem o leitor para a vida, amores, morte, transformações dos sentidos, cenas do cotidiano ou acontecimentos históricos e podem, inclusive, questionar as verdades instituídas pela sociedade. Nas palavras de Deleuze (2007), a literatura está intimamente relacionada com a vida, não com a vida do escritor, uma vez que não parte de suas próprias lembranças, mas pelo motivo de que ele escreve fundamentado no devir²⁷.

A literatura sempre se fez uma constante em nosso percurso acadêmico causando-nos inquietações profundas, assim, a presente proposta foi elaborada a partir da leitura do romance *O homem duplicado* (2008) de José Saramago, uma leitura extremamente prazerosa, mas que ao mesmo tempo chamou muito a nossa atenção, pois notamos no romance citado que a construção de uma dada “verdade” está relacionada com a posição adotada pelo sujeito discursivo Tertuliano Máximo Afonso frente às situações vivenciadas. Além disso, atentamos que no desenrolar da trama Tertuliano enfrenta muitas dificuldades que coadunam para a constituição de sua subjetividade, constituição essa que traz a tona os conflitos que regem a sociedade contemporânea e

27 Segundo Deleuze (2009, p.1), “*Alice assim como Do outro lado do espelho* tratam de uma categoria de coisas muito especiais: os acontecimentos, os acontecimentos puros. Quando digo “Alice cresce”, quero dizer que ela se torna maior do que era. Mas por isso mesmo ela também se torna menor do que é agora. Sem dúvida, não é ao mesmo tempo que ela é maior e menor. Mas é ao mesmo tempo que ele se torna um e outro. Ela é maior agora e era menor antes. Mas é ao mesmo tempo, no mesmo lance, que nos tornamos maiores do que éramos e que nos fazemos menores do que nos tornamos. Tal é a simultaneidade de um devir cuja propriedade é furtar-se ao presente. Na medida em que se furta ao presente, o devir não suporta a separação nem a distinção do antes e do depois, do passado e do futuro. Pertence à essência do devir avançar, puxar nos dois sentidos ao mesmo tempo: Alice não cresce sem ficar menor e inversamente. O bom senso é a afirmação de que, em todas as coisas, há um sentido determinável; mas o paradoxo é a afirmação dos dois sentidos ao mesmo tempo.”

levam-nos a refletir acerca de “quem somos nós?”, bem como dos papéis que os sujeitos desempenham atualmente.

A verdade e o sujeito em Michel Foucault

Concomitantemente a essas observações retomamos a leitura de alguns textos de Michel Foucault acerca do poder. Nesses textos, deparamos com questões não só sobre o poder, mas também sobre a “verdade”. De acordo com Foucault (2005, p.29), “somos submetidos à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção de verdade.” Assim, ao longo do nosso percurso de estudo observamos que a “verdade” é uma construção discursiva produzida a partir da historicidade que a permeia. Foucault, ao longo de seus textos, demonstra que a “verdade” é constituída a partir de um lugar legalmente instituído, como exemplo ele menciona a ciência, a economia, o poder político e outros. Ele interroga-se como articula os “jogos de verdades”, ou seja, as relações que possibilitam os sujeitos identificarem-se como o louco, o doente, o condenado etc. Essas relações chamadas por Foucault (2006) de “jogos de verdades” acarretam não a descoberta do verdadeiro ou do falso, mas as regras que possibilitaram o surgimento do mesmo.

Ora, creio que o problema não é de se fazer partilhar entre o que num discurso revela da cientificidade e da verdade e o que revelaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falso. (FOUCAULT, 1995, p.7)

Não temos uma “verdade” absoluta, mas uma construção que é perpassada pela historicidade que permeia sua produção.

A partir dessas leituras algumas questões começaram a inquietar-nos. Ressaltamos que são várias as questões que surgiram, entretanto, para o presente artigo, a partir do viés teórico da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), bem como das considerações foucaultianas sobre sujeito, discurso e verdade. Discutiremos alguns aspectos da constituição da subjetividade de Tertuliano Máximo Afonso, personagem central do romance *O homem duplicado* (2008) do escritor português José Saramago, e como a mesma coaduna para a construção discursiva de uma dada “verdade”.

O sujeito para a AD é compreendido a partir da exterioridade que o constitui, assim ele não é fonte absoluta de seus dizeres, pois traz marcas no interior discursivo que apontam para o que o constitui, ou seja, “trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro” (FERNANDES, 2005, p.34).

Sendo o sujeito constituído por uma exterioridade, traremos a seguir algumas considerações tecidas por Michel Foucault, ao longo de suas pesquisas, que colocam em pauta a constituição do sujeito a partir de relações de poder/saber. Foucault (1995, p.231) em um artigo intitulado *O sujeito e o poder* menciona que seu objetivo “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos.” De acordo com ele, seu trabalho lidou com três modos de transformação de seres humanos em sujeitos. O primeiro modo envolvia a constituição do sujeito “produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia.” (FOUCAULT, 1995, p.231) Em um segundo momento Foucault estudou a constituição do sujeito a partir das relações com outros sujeitos, no caso “o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os ‘bons meninos’” (FOUCAULT, 1995, p.231). E, por último, pesquisou o modo como o sujeito se torna sujeito, ou seja, nesse estudo ele abordou como o sujeito se reconhece na sexualidade. As considerações provenientes dessas pesquisas ajudam a compreender a dinâmica que envolve o “quem somos nós?”, bem como a pensar outras questões. Vale ressaltar que em todos esses estudos Foucault trata do poder.

O poder sempre ocupou um lugar de destaque na reflexão sobre o sujeito, uma vez que esteve frequentemente presente nas atitudes dos homens de todos os tempos, apresentando características peculiares, mas nunca deixando de ser um território de conflitos, lutas e embates, não sendo uma coisa enrijecida e estável. O poder no discurso é sempre resultado de processos dinâmicos, incessantes e instáveis, o sentido nunca se fecha, esse é um princípio fundamental. Foucault (2006, p.10) pontua que:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo, é também, aquilo que o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que

traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual não queremos apoderar.

Nesse mesmo estudo, Foucault (2006, p.89) esclarece que o poder não mantém nenhum contato com conceitos de estado, soberania, lei e dominação, para ele, o poder deve ser visto como uma relação de forças que se chocam e se embatem a todo o momento, criando “cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que isolam entre si”.

O poder para Foucault (1982, p.243) é “uma ação sobre outra ação possível”. Isso quer dizer que o poder não pode ser encontrado em uma substância, pois não o temos, exercemo-lo. Ele é efetivado somente entre sujeitos, não temos um poder localizado em um ponto específico na sociedade, o que encontramos é uma rede de mecanismos que envolvem todos os sujeitos, não havendo, assim, limites para a sua disseminação.

O que expusemos até o momento, bem como outras considerações elencadas por Foucault no decorrer de suas pesquisas acerca do poder, a instauração da psiquiatria, a história da sexualidade, a normalidade/anormalidade estão intimamente ligadas à constituição dos sujeitos. Sujeitos esses, que ao longo dos tempos, sofreram com as mudanças dos padrões que ocorreram na sociedade.

Somos constituídos por uma exterioridade que nos subjetiva. Sentimos a todo instante a necessidade de estarmos inseridos em uma sociedade e para que isso ocorra não medimos sacrifícios. Temos a necessidade de pertencer a um lugar, não importa que lugar seja esse, precisamos ser aceitos e nos sentirmos confortáveis perante os outros sujeitos. Neste momento, paramos e questionamo-nos: por que somos assim? O que nos torna sujeitos? São perguntas que já foram feitas por muitos pesquisadores, mas que ainda não obtiveram, e nem obterão, uma resposta definitiva. E o que é ser definitivo em uma sociedade que sofre movências a todo instante?

Existem algumas “verdades” que não são nossas, mas as aceitamos. Somos constituídos por relações de poder, como Foucault afirma, e sabemos tão pouco a respeito delas. Em *Microfísica do poder* (1995, p.179), o estudioso inicia o XII capítulo pontuando o que estudou de 1970 até aquele momento, em seguida faz a seguinte reflexão:

De que regras de direito as relações de poder lançam mão para produzir discursos de verdade? Em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos? Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer

sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.

A sociedade determina o que é normal ou anormal e nós aceitamos sem refletir se aquilo pode ser considerado uma “verdade” absoluta. É justamente esse aspecto que chamou nossa atenção no sujeito discursivo Tertuliano Máximo Afonso, pois ele no decorrer da trama constrói uma “verdade” que não é a absoluta, mas como veremos a seguir, a verdade é uma construção discursiva constituída pela historicidade que permeia a sua produção.

Ao atentarmos para a constituição do sujeito observamos que ela não é tranquila, pois é permeada por lutas e embates. Assim, conseqüentemente, o discurso também envolve aspectos peculiares em sua constituição e que devem ser analisados. Foucault (2007, p.55) assevera que: “certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.”

Foucault (2007) afirma que precisamos estar atentos ao discurso, pois ele é movente e disperso. O discurso pode ser removido, esquecido ou mesmo apagado. Ele ainda menciona o fato de que o discurso traz a tona elementos sociais e históricos. Assim, ao atentarmos para o discurso devemos levar em conta as condições sócio histórica que permearam sua produção. De acordo com Foucault (2007), o discurso não é algo simples de ser analisado, mas complexo e que deve ser considerado tendo em vista a seguinte observação que será considerada em nossa análise:

Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato do discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2007, p.30).

Concomitantemente as observações acima acerca do sujeito, poder e discurso Foucault teceu outras que também são pertinentes para o trabalho que propomos desenvolver que é acerca da “verdade”. Foucault buscou compreender a construção da “verdade” não só na ciência, mas também no espaço das práticas judiciárias e outros.

No livro *A verdade e as formas jurídicas* (1999), Foucault inicia o primeiro capítulo com as seguintes considerações:

Meu objetivo será mostrar-lhes como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos do conhecimento. O próprio sujeito do conhecimento tem uma história, a verdade tem sua história (FOUCAULT, 1999, p.8).

Essas considerações chamam a atenção para o fato de que o objetivo de Michel Foucault, ao longo de suas pesquisas, foi de problematizar a constituição dos objetos, bem como dos sujeitos. Essa constituição se dá por intermédio dos saberes e poderes que produzem a todo instante sujeitos diferentes. Nessas condições, a construção discursiva da “verdade” apresentará uma história.

Afirmamos que a “verdade” é uma construção discursiva, pois ela não pode ser encontrada no sujeito, mas no discurso emergindo da historicidade que permeia a produção do mesmo. Dessa forma a “verdade” para Foucault (2006a, p.302):

é o posicionamento de uma verdade que, justamente, não estaria em toda a parte e em todo o tempo nos esperando, a nós, que seríamos encarregados de espreitá-las e apreendê-las onde quer que ela esteja. Seria o posicionamento de uma verdade dispersa, descontínua, interrompida, que só falaria ou que só produziria de tempo em tempo, onde bem entender, em certos lugares; uma verdade que não se produz em toda a parte o tempo todo, nem para todo mundo; uma verdade que não espera, porque é uma verdade que tem seus instantes favoráveis, seus lugares propícios, seus agentes e seus portadores privilegiados.

Foucault, ao longo de suas pesquisas, não procurou vislumbrar o que tinha de verdadeiro ou falso no discurso da psiquiatria, ou do poder judiciário e outros, ele buscou estudar o que permeava historicamente esses discursos. Ele mapeou as entrelinhas desses discursos com o objetivo de descobrir as relações de poder e saber que permeava a constituição dos mesmos e, conseqüentemente, dos sujeitos que estavam envolvidos. Como exemplo mencionaremos algumas considerações de Foucault (2009) tecidas sobre a loucura. Ele assevera que a loucura surgiu a partir da necessidade de explicar algumas diferenças encontradas em alguns sujeitos, ou seja, uma explicação para o fato de não serem “normais”. O discurso psiquiátrico, de acordo com Foucault (2009), tem autorização de “classificar” os sujeitos como “normais” ou “anormais” e essa “classificação” ocorria obedecendo a determinadas regras histórica.

Dessa forma é fácil encontrar anormalidades em determinados momentos que passam a não ser em outros. Foucault (2006a, p.304) afirma que: “Essa verdade com sua geografia, seus calendários, seus mensageiros ou seus operadores privilegiados, essa verdade não é universal. O que não quer dizer que é uma verdade rara, mas sim uma verdade dispersa, uma verdade que se produz como um acontecimento.”

As considerações acima servem não só para a psiquiatria, mas também para outras áreas, como por exemplo, as leis, os hábitos dos sujeitos e outros. Enfim, ao atentarmos para a nossa volta observaremos que tudo que nos cerca está em constante mudança. Assim, algumas “verdades” que consideramos como “verdadeiras” passam a não ser mais como acreditávamos, ou seja, os sujeitos são constituídos pelas movências.

Tertuliano e a verdade: rios turvos de margens indefinidas

O sujeito discursivo Tertuliano Máximo Afonso personagem central do romance saramaguiano *O homem duplicado* (2008) é um bom exemplo para a afirmação foucaultiana de que os sujeitos sofrem transformações na constituição de suas subjetividades, bem como o fato da construção discursiva da “verdade” sofrer modificações ao longo dos tempos. Tertuliano é um professor de história que, após assistir um filme no qual depara com um ator que tem as mesmas características físicas que as suas, passa por uma profunda transformação. Ele deixa de apresentar uma “estabilidade” para apresentar uma série de sintomas que atestam uma profunda modificação em sua subjetividade. Essa afirmação pode ser exemplificada através da seguinte passagem do romance:

Correu-lhe pela espinha uma rápida sensação de medo e pensou que há coisas que é preferível deixa-las como estão a ser como são, porque caso contrário há o perigo de que os outros percebam, e, o que seria pior, que percebamos também nós pelos olhos deles, esse oculto desvio que nos torceu a todos ao nascer e que espera, mordendo as unhas da impaciência, o dia em que passou mostrou-se e anunciar-se, Aqui estou. O peso excessivo de tão profunda cogitação, ainda por cima centrada na possibilidade da existência de duplos absolutos, mais intuída, porém, em lampejos fugazes que verbalmente elaborada, fez descair-lhe devagar a, e o sono, um sono que, pelos seus meios próprios, iria prosseguir o labor mental até esse momento executado pela

vigília, tomou conta do corpo fadigado e ajudou a aconchegar-se nas almofadas do sofá (SARAMAGO, 2008, p.24).

Após assistir o filme Tertuliano fica muito incomodado com a semelhança existente entre ele e o ator, passa a sofrer uma inquietação constante que o leva a tomar atitudes com o objetivo de saná-las. Entretanto, não haverá solução para a sua confusão mental, pois ao atentarmos para a historicidade que permeia a produção dessa narrativa notaremos que o momento é propício para a produção de subjetividades que perdem a individualidade e estabilidade, passando a “representar” a coletividade que é responsável por estabelecer padrões e condutas. A transformação operada na subjetividade de Tertuliano, bem como todas as suas atitudes tomadas no decorrer da trama chamaram nossa atenção, tendo em vista as considerações apresentadas a seguir:

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, e que a cada instante fundado e refundado pela história. É na direção desta crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir (FOUCAULT, 1999, p.10).

A constituição da subjetividade de Tertuliano coaduna com as considerações foucaultianas mencionada na citação acima, pois ele desde o início da narrativa digamos, antes mesmo de tomar conhecimento acerca do ator António Claro, já enfrentava dificuldades. Como veremos no fragmento a seguir, vale ressaltar que elas também fazem parte da constituição dos sujeitos na contemporaneidade.

Na verdade, Tertuliano Máximo Afonso anda muito necessitado de estímulos que o distraiam, vive só e aborrece-se, ou, para falar com exactidão clínica que a actualidade requer, rendeu-se à temporal fraqueza de ânimo ordinariamente conhecida por depressão (SARAMAGO, 2008, p.7).

Deparamos com esse fragmento na primeira página do romance e ele faz menção às dificuldades enfrentadas por Tertuliano, no caso a depressão. Como já mencionamos anteriormente, a constituição das subjetividades articula-se por meio da exterioridade, ou seja, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte absoluta de seus dizeres, entretanto vale ressaltar que o sujeito não é a origem absoluta de seu discurso. Em seu discurso encontraremos marcas que aponta para a historicidade que permeia a sua produção. Retomamos essas considerações com o objetivo de introduzir algumas considerações de Bauman (2005) que ajudam a compreender a dinâmica que perpassa a constituição da subjetividade de Tertuliano. Ressaltamos que Bauman (2005) aborda questões sobre a construção identitária dos sujeitos, conseqüentemente, discute questões sobre a

fragmentação, diluição e a instabilidade da mesma. Sendo assim, ela permite reavaliar a noção de sujeito discursivo para a AD, uma vez que possibilita olharmos mais atentamente para os processos que envolvem a constituição das subjetividades operacionalizada pela exterioridade. Enfim, “os estudos culturais atestam a pluralidade, a fragmentação e a mutabilidade da identidade, e possibilitam pensá-las como integrante das relações discursivas, uma identidade de natureza discursiva” (FERNANDES e JÚNIOR, 2009, p.106).

Bauman (2005) assevera que atualmente os sujeitos estão enfrentando uma gama de dificuldades que são provenientes da transformação operada na sociedade pós-moderna. Sentimentos e emoções contraditórios, efemeridade nas relações, substituição rápida dos objetivos pessoais, solidão, medo e outros tomam conta dos sujeitos e tudo isso faz com que sintam cada vez mais desprotegidos e sem uma direção que os encaminhem para uma “estabilidade”, ou seja, para uma situação segura. Bauman (2005) chama a atenção para as “comunidades guarda-roupa”, pois segundo ele, os sujeitos saem de uma situação para a outra, assim como trocam de roupas. Essa transitoriedade não é positiva, pois

O que todos nós parecemos temer, quer estejamos ou não sofrendo de “depressão dependente”, seja à luz do dia ou assombrados por alucinações noturnas, é o abandono, a exclusão, ser rejeitado, ser banido, ser repudiado, descartado, despido daquilo que se é, não ter permissão de ser o que se deseja ser. Temos medo de nos deixarem sozinhos, indefesos e infelizes. Tememos que nos neguem companhia, corações amorosos, mãos amigas. Receamos ser atirados ao depósito de sucata. O que mais nos faz falta é a certeza de que isso não vai acontecer __ não conosco. Sentimos falta da garantia de exclusão da ameaça universal e ubíqua da exclusão (BAUMAN, 2005, p.100).

Notamos que a constituição das subjetividades na contemporaneidade são fragmentados e diluídas. Tertuliano, como foi mencionado no fragmento acima, não está diferente dos demais sujeitos, ele enfrenta as mesmas dificuldades, pois assim como todos os outros sujeitos é constituído pela exterioridade. O personagem central do romance *O homem duplicado* (2008) não só no fragmento acima, mas em muitos outros ao longo da narrativa sofre as mesmas dificuldades apresentadas por Bauman (2005) no fragmento citado.

As mudanças na constituição da subjetividade de Tertuliano são substanciais e refletem em várias situações de sua existência. Ele passa, em alguns momentos da

narrativa, a tecer comentários sobre a constituição da “verdade”. O fragmento abaixo traz uma dessas situações:

Reforça-lhe a conveniência de não sair de casa o facto de ter trazido trabalho da escola, os últimos exercícios dos seus alunos, que deverá ler com muita atenção e corrigir sempre que atentem perigosamente contra as verdades ensinadas ou se permitam excessivas liberdades de interpretação (SARAMAGO, 2008, p.13).

Nesse fragmento Tertuliano está em casa e tem que corrigir os trabalhos de seus alunos. O enunciado “verdades ensinadas” chamou muito a nossa atenção, pois a partir dele podemos construir uma reflexão acerca da construção discursiva da “verdade”. Como mencionamos anteriormente, os sujeitos são constituídos enquanto sujeitos por relações de poder/saber que coadunam na produção discursiva de “verdades”. Tertuliano é um professor de história que tem como função transmitir aos seus alunos o relato de acontecimentos históricos e os mesmos deve ser relatado obedecendo os fatos reais. Ao depararmos com o enunciado acima e o enunciado “permitam excessivas liberdades de interpretação” nossa atenção é aguçada para o aspecto de que uma dada “verdade” pode ser construída e que a sua interpretação também e que as mesmas obedecem a determinadas regras de produção.

Tertuliano é um professor que ensina “verdades” históricas e ele as ensina esperando como resultado uma determinada interpretação de seus alunos. Essas “verdades” ensinadas por Tertuliano podem não ser as “verdades” dos acontecimentos, entretanto, ele tem o poder/saber sobre elas e ele pode também dizer se o que os alunos entenderam está “correto”. Observamos que Tertuliano não apresenta este senso crítico, ele tem consciência dos problemas que cercam as grandes “verdades” ensinadas, no entanto, ele não as questiona. Como exemplo citamos o fragmento abaixo:

[...] A História que Tertuliano Máximo Afonso ensina, ele mesmo o reconhece e não se importará de confessar se lho perguntarem, tem uma enorme quantidade de rabos de fora, alguns ainda remexendo, outros já reduzidos a uma pele encarquilhada com uma carreirinha de vértebras soltas dentro (SARAMAGO, 2008, p.13).

Tertuliano sabe das dificuldades enfrentadas no ensino da disciplina de história, bem como com as “verdades” que ensina para seus alunos, no entanto, não assume um posicionamento perante suas observações. No próximo fragmento a dúvida que perpassa sua constituição enquanto professor de história e sujeito, reflexo da exterioridade que o subjetiva, fica mais clara.

Quando chegou sua vez de falar, num tom indolente e monocórdico que os presentes estranharam, limitou-se a repetir uma ideia que ali deixara já de ser novidade e que era motivo invariável de alguns risinhos complacentes do plenário e de mal disfarçada contrariedade do diretor, Em minha opinião, disse ele, a única opção importante, a única decisão séria que será necessário tomar no que respeita ao conhecimento da História, é se deveremos ensiná-la de trás para diante ou, segundo a minha opinião, de diante para trás, todo o mais, não sendo despreciando, está condicionado pela escolha que se fizer, toda a gente sabe que assim é, mas continua a fazer-se de conta que não (SARAMAGO, 2008, p.41).

Tertuliano percebe que existe um problema no ensino de sua disciplina, mas não sabe o que fazer. Tertuliano profissional, como pessoal enfrenta dificuldades, não sabe o que fazer com sua existência. A descoberta de António Claro, o ator que fisicamente igual a Tertuliano, está fazendo com que sofra uma mudança substancial em sua constituição. Tertuliano não apresenta mais o referencial de “individualidade” que era constitutivo de sua subjetividade antes da descoberta. Essa mudança emerge não só no lado pessoal, mas também profissional. Assim, ele passa a questionar as “grandes verdades” como veremos a seguir:

Sim, mas a mim o que sobretudo me atrai é a fascinante declaração de que as grandes verdades não passam de trivialidades, o resto, a suposta necessidade de uma expressão nova e paradoxal que lhes prolongue a existência e as substantive, já não me diz respeito, sou apenas um professor de História do ensino secundário (SARAMAGO, 2008, p.71).

As “grandes verdades” não existem para Tertuliano, assim como ele também não existe. O professor de história acreditava que era único enquanto sujeito, mas não é mais, e isso é muito constrangedor para ele emotivo de acentuadas mudanças em sua existência, principalmente, em sua subjetividade. Em outro momento ele afirma que “Grandes verdades, grandes mentiras, suponho que com o tempo tudo vai se tornando trivial, os pratos do costume com o tempero de sempre” (SARAMAGO, 2008, p.73).

Tertuliano sofre muito ao longo da trama, entretanto, vale ressaltar como mencionamos acima que essa é uma característica da sociedade contemporânea. Ele descobre que não é único e essa descoberta faz com que busca incessantemente a identidade de seu “sócia”. Tertuliano descobre a identidade, estabelece contato com o ator, mas infelizmente o desfecho da narrativa não é o esperado por Tertuliano. António Claro se passa por Tertuliano juntamente com Maria da Paz a namorada de Tertuliano e no meio de uma discussão, sobre quem era aquele Tertuliano, eles sofrem

um acidente e morrem. Para poder continuar existindo Tertuliano não tem outra opção que não assumir o papel de António Claro. No próximo fragmento ele já está na casa do ator e no papel de António Claro. “O telefone tocou. Sem pensar que poderia ser algum dos seus novos pais ou irmãos, Tertuliano Máximo Afonso levantou o auscultador e disse, Estou” (SARAMAGO, 2008, p.283).

Considerações finais

O presente artigo possibilitou atentarmos não só para a verdade que atravessa a constituição do sujeito discursivo Tertuliano, mas também para outras verdades que circulam na sociedade e os seus sentidos, uma vez que elas também são construções discursivas. Dessa forma, devemos observar os discursos que constituem na constituição dos sujeitos, uma vez que muitas verdades que os cruzam são construções elaboradas com objetivos pré-estabelecidos, ou seja, são verdades relacionadas a determinados posicionamentos de sujeitos, para os quais elas produzem sentidos e os constituem.

Observamos que os sujeitos atualmente, por ser constituídos pela exterioridade, sofrem movência e deslocamentos, que são constituídas por lutas e embates. Dessa forma, podemos afirmar que o discurso de Tertuliano, assim como o do louco mencionado por Foucault, é interditado, não podendo mais ser veiculado. Essa interdição não é constituída de forma abrupta, mas lentamente, através de uma mudança em sua subjetividade que caminha para a morte discursiva de Tertuliano e o nascimento discursivo de António Claro.

O sujeito discursivo Tertuliano passa a viver uma “verdade” que não é a dele e ela se concretiza através do discurso. Isso quer dizer que ele deixa de ser quem é para ser o ator, essa mudança vai se dando de forma lenta e gradual no decorrer da narrativa e culmina no momento em que ele atende o telefone e assume o papel de António Claro.

Sendo assim, a partir das observações tecidas acerca da subjetividade de Tertuliano, bem como da construção discursiva da “verdade”, que é construída a partir de um jogo de regras condicionadas a historicidade que permeia a sua produção, podemos afirmar que o estudo apresentado auxilia no entendimento da nossa própria constituição, pois, assim como Tertuliano, passamos por um momento no qual os sujeitos são fundados pelo descontrole emocional, no qual sentimentos que apontam para a fugacidade da

existência, a escassez do tempo, a solidão, a ansiedade e outros demonstram a fragilidade das subjetividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bauman, Z. *Identidade: entrevistas a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Fernandes, C, A. *Análise do Discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

_____. *O sujeito e o poder*. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a, p.231-249.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

_____. *Linguagem e literatura*. In: MACHADO, R. Foucault, a filosofia e a literatura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Poderes e Estratégias*. In: MOTTA, M. B. (Org.). Michel Foucault. Estratégia, Poder-Saber. (Ditos & Escritos II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 241-252.

_____. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

_____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *História da sexualidade 1 – A vontade de saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

Saramago, J. *O homem duplicado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.